



2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Fase 4 – Discussão pública

Volume IV – Relatório Ambiental - RESUMO NÃO TÉCNICO

Agosto de 2026

**versão
discussão
pública**

Técnicos	Especialidade
Coordenação	
Carla Melo	Biologia Ambiente, Saúde e Segurança
Sérgio Costa	Engenharia do Ambiente
Execução Técnica	
Ana Rita Valente	Engenharia do Ambiente
Ana Oliveira	Geografia e Planeamento Gestão e Planeamento do Território
Ana Cristina Padilha	Microbiologia Engenharia do Ambiente
Cláudia Medeiros	Gestão Ambiental
Daniel Silva	Biologia Engenharia do Ambiente
Filipe Martins	Geografia Sistemas de Informação Geográfica
Sérgio Almeida	Engenharia Biológica
Susana Fernandes	Geografia e Planeamento Gestão Ambiental e Ordenamento do Território

INDICE

1. O que é a avaliação ambiental estratégica?	1
2. Qual foi a metodologia utilizada?	2
3. Qual é o Objeto de Avaliação e que território abrange?	9
3.1. Breve descrição do objeto e território em avaliação	9
3.2. Questões Estratégicas ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	11
4. Qual a situação atual da área de intervenção e qual a sua evolução sem 2rPDM_ViladoPorto?	18
4.1. Vulnerabilidades e Riscos	18
4.1.1 Situação Atual	18
4.1.2 Tendências de Evolução sem a 2rPDM_ViladoPorto	18
4.2. Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	19
4.2.1 Situação Atual	19
4.2.2 Tendências de Evolução sem a 2rPDM_ViladoPorto	19
4.3. Recursos Naturais	20
4.3.1 Situação Atual	20
4.3.2 Tendências de Evolução sem a 2rPDM_ViladoPorto	20
4.4. Ordenamento e Qualificação territorial	21
4.4.1 Situação Atual	21
4.4.2 Tendências de Evolução sem a 2rPDM_ViladoPorto	22
4.5. Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida	23
4.5.1 Situação Atual	23
4.5.2 Tendências de Evolução sem a 2rPDM_ViladoPorto	24
4.6. Fatores Transversais de Sustentabilidade	24
4.6.1 Governança para a Ação	24
5. Quais os efeitos mais significativos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto?	26
6. Quais as Principais Recomendações da AAE que devem ser seguidas?	32
7. O que acontece após a aprovação da 2rPDM_ViladoPorto?	35
8. Quais as principais Conclusões?	38

[Página propositadamente deixada em branco]

versão discussão pública

1. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

O presente documento concretiza o **Resumo Não Técnico (RNT)** do **Relatório Ambiental (RA)** da **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** da **segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto (2rPDM_ViladoPorto)**, na sua **versão para Discussão Pública**, e enquadra-se no disposto pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos i a v do referido diploma e que dele fazem parte integrante;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos numa área sensível, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do referido diploma e de mais legislação aplicável;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

Neste contexto, a aplicação da AAE ao caso da **2rPDM_ViladoPorto** é enquadrada pelo facto de este constituir-se como um instrumento de ordenamento com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de elaboração e implementação do próprio Plano, em harmonia com o conceito segundo o qual foi legalmente concebida.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina que processos contínuos como os planos e programas de incidência territorial, que apresentam ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possam ser eficazmente elaborados, implementados e monitorizados.

2. QUAL FOI A METODOLOGIA UTILIZADA?

A Diretiva 2001/42/CE, que foi objeto de transposição através do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, é muito clara ao definir que o objetivo global de uma AAE consiste em:

“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável”.

Este objetivo está assim alinhado com os desígnios da política comunitária nesta matéria, estabelecidos no artigo 6.º do Tratado CE, o qual determina que as exigências em matéria de proteção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e ações da Comunidade Europeia.

Subsidiariamente, o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, estabelece assim que o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do plano em avaliação.

Neste contexto, e em consonância com o Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica, a AAE visa três objetivos muito concretos:

- Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
- Acrescentar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
- Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.

Em consonância com os objetivos preconizados, a AAE intervém, assim, em duas fases da 2rPDM_ViladoPorto:

- **Durante o seu processo de revisão:**
 - Sistematizando o quadro de problemas ambientais atualmente existentes e a respetiva evolução tendencial, bem como o quadro de valores ambientais a preservar;
 - Identificando as opções de natureza estratégica que potenciem os efeitos positivos ou que minimizem os efeitos negativos mais significativos;
 - Promovendo a adoção de opções que contribuam eficazmente para a sustentabilidade do plano.
- **Durante o seu processo de implementação e monitorização estratégica:** através do desenvolvimento de ferramentas de avaliação e da formulação de recomendações, que assegurem uma efetiva concretização de objetivos de sustentabilidade da 2rPDM_ViladoPorto, durante o seu período de vigência.

Em síntese, espera-se que os resultados da AAE, incluindo os contributos do respetivo processo de consulta pública, permitam influenciar positivamente o processo de implementação da 2rPDM_ViladoPorto, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo de intervenção proposto para a área de intervenção.

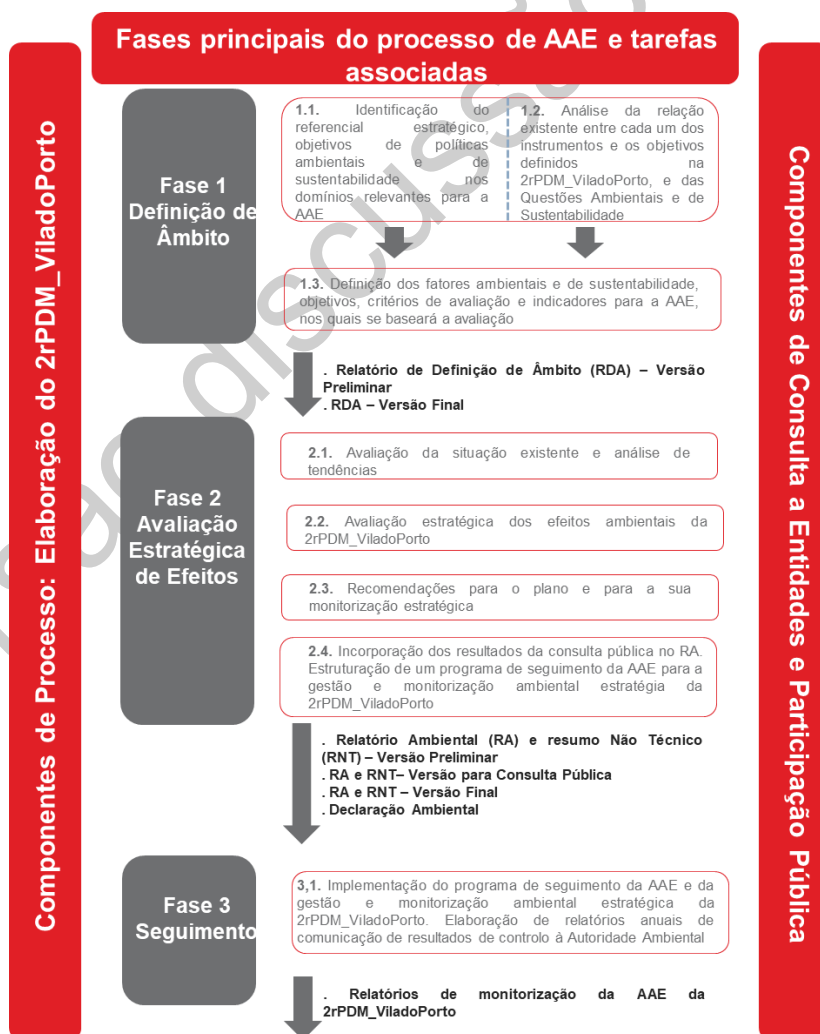
O desenvolvimento e resultados detalhados deste processo são apresentados em sede do Relatório Ambiental (RA). O RA e respetivo RNT são submetidos a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas (ERAE), sejam suscetíveis de interessar os efeitos ambientais resultantes da implementação da revisão do PDM, e, posteriormente a consulta pública, conjuntamente com os elementos da revisão do PDM.

Formalmente, antes do início da Fase 3 (isto é, antes da implementação da 2rPDM_ViladoPorto), será elaborada uma Declaração Ambiental (DA), que deverá ser entregue à DRAAC e a todas as ERAE, e disponibilizada ao público em geral, contemplando:

- A forma como as considerações e recomendações decorrentes do processo de AAE tenham sido integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante o processo de participação pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificados os casos em que as mesmas não tenham sido acolhidas;
- As razões que tenham fundamentado a aprovação do Plano, face a outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo e avaliação previstas para monitorização dos efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução da proposta de 2rPDM_ViladoPorto (metodologia apresentada na descrição da Fase 3).

Assim, e em conformidade com as orientações da legislação, a AAE apresenta três momentos distintos, cujo encadeamento é apresentado na Figura 2.1, sendo que o presente relatório se constitui como um produto da Fase 2 da AAE.

Figura 2.1_Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE da 2rPDM_ViladoPorto



O processo de AAE foi então estruturado em torno de Fatores de Sustentabilidade (FS) (Tabela 2.2) selecionados de acordo com:

- As especificidades da revisão do Plano;
- o Quadro de Referência Estratégico orientador (Tabela 2.1 e que contém as principais políticas, programas e estratégias e que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e setorial e do território em questão);
- A caracterização da situação atual.

Tabela 2.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE



Quadro de Referência Estratégico
Documentos de Referência Internacionais
Pacto Ecológico Europeu (PEE)
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)
Quadro de Ação de Sendai 2015-2030 (Quadro Sendai)
Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030 (NEUEF 2030)
Documentos de Referência Nacionais
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
Plano Nacional integrado Energia Clima 2021-2030 (PNEC 2021-2023)
Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)
Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)
Lei de Bases do Clima (LBC)
Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024-2028 (PALM2028)
Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (PA ENM 2030)
Documentos de Referência Regionais
Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)
Programa Regional Açores 2030 (Açores 2030)
Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030)
Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE)
Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024 (PMEA)
Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores (PREPC Açores)
Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem (adaptação da CEP à RAA)
Estratégia Florestal dos Açores (EFA)
Programa Regional da Água (PRA)
Plano de Transportes dos Açores (PTA) 2021-2030
Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027)
Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores 2022-2027 (PGRIA 2022-2027)
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA (PSRN 2000 RAA) (em revisão)

Quadro de Referência Estratégico
Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores (PRAC)
Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores 2050 (RNCA 2050)
Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica dos Açores (ERDABA)
Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (PASDTA)
Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores 2030 (PEMTA 2030)
Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social (ERCPES)
Relatórios de reporte no âmbito da Diretiva Quadro-Estratégia Marinha – Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, 1.º ciclo (2012-2018) e 2.º ciclo (2018-2024) (Reporte DQEM)
Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 2020 (PEPGRA 20+)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de Santa Maria (POOC SMA)
Plano Gestão da Área Terrestre do Parque Natural da Ilha de Santa Maria (PGPNISMA)
Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PGSE-Açores)
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEMA)
Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)
Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE)
Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria (PAPSMA)
Roteiro para a Economia Circular dos Açores (RECA)
Documentos de Referência Municipais
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPC Vila do Porto)
Plano Municipal de Ação Climática de Vila do Porto (PMAC Vila do Porto)
Plano Municipal de ação de resíduos urbanos do concelho de Vila do Porto (PMARU-VP)

Foi selecionado um conjunto de FS considerados adequados para atingir os objetivos da presente AAE e reconhecidos como consistentes com os objetivos e âmbito de intervenção da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, validado com as ERAE em sede do Relatório de Definição do Âmbito. Com base nesses FS, bem como nos respetivos critérios de avaliação e indicadores associados para a caracterização da situação atual (de forma a definir qual a baseline em relação aos resultados de algumas estratégias (Tabela 2.2) foi então desenvolvida a análise à situação atual, às tendências de evolução e aos respetivos potenciais efeitos que o Programa poderá ter ao nível de cada FS em análise.

Com base nesses efeitos identificados cruzados com as QEAS e QRE são propostas, também por cada FS, um conjunto de recomendações que a AAE considera pertinentes para que a 2rPDM_ViladoPorto consiga dar uma resposta mais eficaz e objetiva a essas QEAS e aos objetivos e metas do QRE.

Tabela 2.2_Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação para a AAE Da 2rPDM_ViladoPorto

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	Critérios de Avaliação
Vulnerabilidades e Riscos	Avaliar os efeitos que a 2rPDM_ViladoPorto terá sobre a prevenção e/ou minimização das situações de risco (naturais e tecnológicos), capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas, eliminação das dissonâncias ambientais - e	Riscos Naturais: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos naturais do concelho?
		Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos tecnológicos do concelho?

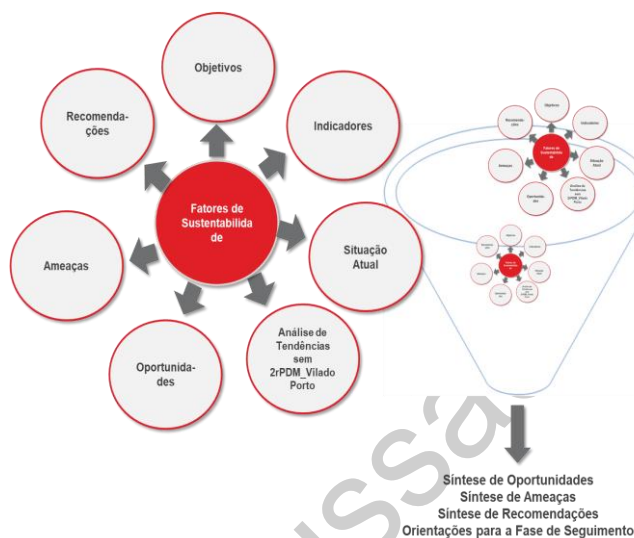
Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	CrITÉrios de AvaliaÇão
	desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.	Resiliência e Adaptação �s Alterações Climáticas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas? Dissonâncias Ambientais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução e/ou eliminação das dissonâncias ambientais existentes no concelho?
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	Avaliar os efeitos das opções estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes. Este fator permitirá igualmente avaliar os efeitos das opções estratégicas da revisão da 2rPDM_ViladoPorto ao nível da promoção da qualidade paisagística e da preservação do património não classificado arquitet�nico e cultural existente na área de intervenção.	�reas naturais e ecossistemas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a melhoria das funções ecológicas das áreas naturais, quer pela aptidão demonstrada para a conservação dos ecossistemas presentes, quer na melhoria da qualidade de vida? Paisagem: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos valores paisagísticos presentes? Patrim�nio cultural e natural: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais existentes no concelho?
Recursos Naturais	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível da preservação, gestão e utilização sustentável dos recursos naturais existentes, tendo em conta a importância destes para a área de intervenção e restante Região.	Recursos Hídricos: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a gestão dos recursos hídricos? Energia: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para o reforço da capacidade instalada e diversificação no uso de fontes de energia renováveis pelo sistema electroprodutor de eletricidade, e aquisição de eficiência energética no parque edificado público e privado e outros equipamentos públicos? Solo: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto, e as suas políticas de proteção do solo e ordenamento do território, promovem a gestão adequada dos solos? Recursos agroflorestais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto promove uma gestão adequada dos recursos agroflorestais contribuindo para a sua proteção, capacidade produtiva, e aproveitamento material ou energético dos resíduos orgânicos potenciando a circularidade local e regional? Recursos geológicos: Qual o contributo da revisão do PDM para a identificação e exploração dos recursos geológicos, visando a sua valorização e utilização apropriada e acompanhando o funcionamento dos respetivos mercados, empresas e produtos?
	Avaliar o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para	Qualificação do território:

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	CrITÉrios de AvaliaÇão
Ordenamento e Qualificação Territorial	qualificação territorial, melhoria da qualidade de vida dos cidadãos medido através do uso eficiente do solo, da adoção de soluções de base natural e da criação de espaços verdes, da regeneração e reutilização do construído.	- Contenção da artificialização do solo - Promoção da reabilitação urbana do edificado - Aumento da área de espaço público e de espaços verdes por habitante Serviços de coesão e equidade: - Melhorar a oferta de equipamentos e serviços dirigidos a uma estrutura sociodemográfica envelhecida. - Reforço das redes de apoio de proximidade.
	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível do reforço das condições dos serviços e redes de infraestruturas básicas como a rede viária, meios de transporte, ou serviços ambientais de abastecimento de água, saneamento, e gestão de resíduos de modo a melhorar os índices de qualificação do território.	Serviços e infraestruturas ambientais: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a dotação do concelho com serviços e infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes, contribuindo para a promoção de boas práticas, ecoeficiência e melhoria dos níveis de salubridade, saúde e bem-estar da população? Transportes e Mobilidade: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para satisfação das necessidades de locomoção da população, gestão de tráfego e estacionamento, reforço da mobilidade suave no território, melhoria da qualidade do serviço de transportes públicos e resposta aos desafios de descarbonização e introdução de energias alternativas?
Desenvolvimento Socioecon�mico e Competitividade	Avaliar os efeitos da 2rPDM_ViladoPorto ao nível do reforço da competitividade do município, no contexto da RAA, nomeadamente a sua capacidade para reforçar o tecido empresarial assente na valorização dos recursos endógenos e na capacidade de inovação.	População: - Contributo para melhorar a qualificação e capacitação dos recursos humanos, sobretudo jovens, medido através do abandono escolar e da frequência do ensino superior Turismo: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a diversificação e sustentabilidade do setor do turismo, com especial foco para o trin�mio rural-urbano-mar?
	Avaliar os efeitos da 2rPDM_ViladoPorto no enriquecimento da cadeia de valor do turismo, numa lógica de articulação intersectorial e na diversificação e sustentabilidade do trin�mio rural-urbano-mar?	Outras atividades económicas: - Contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a fixação de estruturas empresariais e tecnológicas de caráter inovador - Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo - Valorização dos recursos e ativos endógenos do território

A análise mais pormenorizada da proposta de 2rPDM_ViladoPorto foi desenvolvida por FS (Figura 2.2), o que permitiu condensar a avaliação estratégica de efeitos através:

- Da avaliação da situação existente;
- Das tendências de evolução na ausência de implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto;
- Da avaliação das políticas de medidas, fundamentação e tipologias de ação para os diferentes Objetivos Específicos assumidos para o Plano, em termos dos efeitos positivos e negativos para a sustentabilidade, e de identificação de recomendações;
- Da definição de objetivos, indicadores e a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica da 2rPDM_ViladoPorto.

Figura 2.2_Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores de Sustentabilidade



3. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO E QUE TERRITÓRIO ABRANGE?

3.1. BREVE DESCRIÇÃO DO OBJETO E TERRITÓRIO EM AVALIAÇÃO

O Objeto de avaliação é a proposta de 2.ª revisão do PDM de Vila do Porto (adiante abreviadamente designado por 2rPDM_ViladoPorto) que foi deliberada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 30 de agosto de 2021, passados quase 10 anos da aprovação pela Assembleia Municipal (17 de dezembro de 2011) do PDM vigente (publicado pelo Aviso nº 3279/2012, de 29 de fevereiro), com base na avaliação desenvolvida no Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) no concelho, que fundamenta a revisão do PDM.

O REOT conclui que, em termos gerais, o modelo de ordenamento do PDM em vigor tem respondido bem às dinâmicas territoriais, económicas e sociais verificadas ao longo dos 8 anos de vigência, e que não foram identificados pelas juntas de freguesia quaisquer constrangimentos resultantes da aplicação do PDM que tenham impedido a concretização de qualquer projeto estruturante nas cinco freguesias.

Refere ainda que foi identificado um conjunto de situações que deverão dar origem a atualizações do PDM e que resultam quanto à sua natureza essencial da necessidade de atualizações para conformidade com novos instrumentos legais, correção de erros materiais e retificações e, ainda, outras questões a serem ajustadas, nomeadamente a alteração da Reserva Ecológica do município devido à desatualização da base cartográfica.

Neste contexto, os **objetivos** da proposta de revisão são:

- **Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida**, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;
- **Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria**, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense;
- **Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território**, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas;
- **Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural**, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar;
- **Valorizar os recursos naturais e patrimoniais**, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

De forma a contribuir para esses objetivos, para além do regulamento, e modelo de ordenamento proposto, foi definido um programa de execução no qual foram, primeiramente, selecionados os projetos

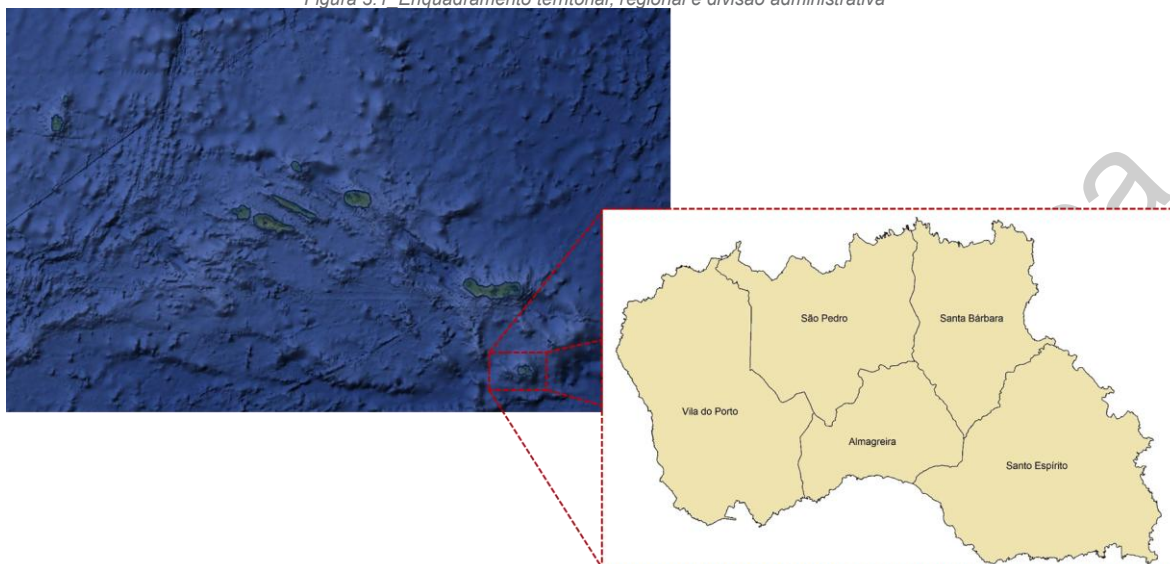
que resultam diretamente do modelo, nomeadamente em relação a aspetos como as UOPG e execução de equipamentos e infraestruturas. A rede de objetivos e projetos conta com um total de 30 projetos distribuídos pelos 5 objetivos do plano, conforme tabela seguinte.

Tabela 3.1_ Objetivos e Projetos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto

N.º	Objetivos / Projetos
1	Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida
1.1	Elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria (UOPG 3)
1.2	Implementar a UOPG 1 - Anjos
1.3	Implementar a UOPG 2 - Almagreira
1.4	Implementar a UOPG 4 – Ginjal
1.5	Realizar obras de reperfilamento e beneficiação de arruamentos municipais
1.6	Realizar obras de beneficiação do parque escolar municipal
1.7	Elaborar estudo de suporte à adoção de incentivos à fixação de atividades económicas diversificadas nos núcleos urbanos
1.8	Elaborar a Carta Municipal de Habitação
1.9	Elaborar o Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez
1.10	Beneficiar as redes de adução e equipamentos de tratamento de água para consumo
1.11	Beneficiar as redes de drenagem e estações de tratamento de águas residuais urbanas
1.12	Elaborar a revisão do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto
2	Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria
2.1	Elaborar estudo de suporte à adoção de incentivos à recuperação das casas típicas degradadas
2.2	Elaborar estudos urbanísticos para os aglomerados rurais
2.3	Elaborar o Plano de Pormenor da Maia
2.4	Elaborar o Plano de Pormenor de São Lourenço
3	Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território
3.1	Simplificar e qualificar o atendimento aos cidadãos e às empresas
3.2	Criar programas de educação ambiental com foco na conservação de recursos e valores naturais
3.3	Promover ações de sensibilização para a recuperação ambiental e paisagística de áreas de extração de massas minerais abandonadas
3.4	Elaborar um manual de boas práticas urbanísticas
4	Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural
4.1	Desenvolver um plano de turismo sustentável
4.2	Instituir o prémio anual “Mariense”
4.3	Atualizar o regulamento municipal de urbanização e de edificação e de taxas municipais
4.4	Acompanhar e monitorizar o alojamento local
5	Valorizar os recursos naturais e patrimoniais
5.1	Valorizar as paisagens culturais das baías da Maia e São Lourenço
5.2	Valorizar, limpar e desobstruir as linhas de água e respetivas margens
5.3	Acompanhar a monitorização de movimentos de vertente na Maia, Praia Formosa e Panasco
5.4	Promover campanhas de sensibilização no âmbito da proteção civil (riscos sísmicos, cheias, inundações, desgaseificação difusa, movimentos de massa, entre outros)
5.5	Construir uma base de dados para registo de ocorrências de todos os riscos
5.6	Investir em sistemas de alerta precoce e em infraestruturas que mitiguem os riscos associados à instabilidade geológica
5.7	Elaborar o Plano Especial de Emergência e Proteção Civil para Risco Sísmico (PEERS)

Tal como referido anteriormente o objeto desta avaliação ambiental estratégica é a proposta de 2rPDM_ViladoPorto, que abrange território do concelho de Vila do Porto (Figura 4.1), único município da ilha de Santa Maria, integrada no Grupo Oriental da Região Autónoma dos Açores (RAA) e a terceira menor ilha do arquipélago. Tem uma superfície de aproximadamente 97 km² (4,2% da superfície da RAA) e uma linha de costa de cerca de 78 km.

Figura 3.1 Enquadramento territorial, regional e divisão administrativa



Fonte: Adaptado CAOP, 2019; GoogleEarth

O concelho de Vila do Porto encontra-se dividido em 5 freguesias: Vila do Porto (sede de concelho), Almagreira, São Pedro, Santa Bárbara e Santo Espírito.

A parte poente da ilha é aplanada e mais seca, tendo um povoamento do tipo linear disperso. A parte nascente é mais elevada, irregular e húmida, tendo um povoamento mais concentrado. Aqui se localiza Vila do Porto, sede do concelho, que se desenvolve no sentido norte/sul, a partir das proximidades do porto.

Com cerca de 5 400 habitantes, o concelho da Vila do Porto corresponde a cerca de 2,3% da população da RAA (quase 240 mil residentes), tendo uma densidade de ocupação correspondente, em termos médios, a metade da densidade regional (56 hab/Km² face a 102 hab/Km²).

De salientar que as matrizes de avaliação de efeitos assentarão sobre os Objetivos / Projetos propostos no Programa de execução plano de financiamento e plano de monitorização e que podem ser consultados com maior pormenor no Volume III – Programa de execução, plano de financiamento e plano de monitorização, da Fase 3 da 2rPDM_ViladoPorto).

3.2. QUESTÕES ESTRATÉGICAS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE (QEAS)

Como resultado final do exercício de análise integrada de toda a informação de caracterização da área de intervenção e da discussão de temáticas territoriais e ambientais significativas, e com o intuito de responder previamente ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2025/A, de 29 de julho, identificam-se diversas questões consideradas estratégicas ao nível do ambiente e sustentabilidade (QEAS) (quadro-problema) no âmbito da área de intervenção da proposta de 2rPDM_ViladoPorto.

Estas questões estão associadas a domínios relevantes abrangidos pelo próprio Plano, que este deverá procurar responder e sobre os quais terá intervenção. As principais questões identificadas são:

▪ **QEAS 1 - Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas**

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPC de Vila do Porto) (Vila do Porto, janeiro de 2021) define as orientações relativas ao modo de atuação dos vários agentes, organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil, que visem a resposta a situações de iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.

Importa também considerar, em sequência com a gestão de riscos naturais, a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas do território e, neste âmbito, é possível que exista, associado às alterações climáticas, o perigo de uma crescente vulnerabilidade ao nível dos elementos biofísicos do território. De acordo com os cenários previstos, nomeadamente do IPCC, estas alterações poderão traduzir-se, em eventos cada vez mais frequentes e intensos de ciclones e tempestades, galgamentos costeiros, cheias e inundações e movimentos de vertente.

De acordo com a hierarquização do grau de risco do PMEPC de Vila do Porto (Vila do Porto, janeiro de 2021), importa destacar por apresentarem um grau de risco “Elevado”: Precipitação Intensa, Ciclones e Tempestades e Sismos – Riscos de origem natural, Acidentes graves rodoviários e Acidentes graves aéreos – Riscos com origem tecnológica. Adicionalmente, no caso particular deste concelho, o risco de movimentos de vertente assume particular relevância, em especial pelos contextos a este nível em específico na zona da Praia Formosa e da Maia.

Neste contexto, é fundamental que a 2rPDM_ViladoPorto:

- Considere a pertinência dos princípios e medidas de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos previstos no PMEPC de Vila do Porto, com especial destaque para os riscos associados a movimentos de vertentes e cheias e inundações, de modo a contribuir para o desenvolvimento de capacidades de gestão nesse domínio e salvaguardar potenciais perdas e danos associados, como a perda de qualidade ambiental e afetação de pessoas e bens.
- Inclua orientações para potenciar a capacidade de resposta do território a fenómenos associados às alterações climáticas (resiliência) bem como a sua capacidade de adaptação face aos mesmos (quer na perspetiva da diminuição dos riscos, quer da vulnerabilidade dos sistemas e elementos biofísicos, ecológicos, recursos hídricos, etc.).
- Assegure as orientações previstas no Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo.

▪ **QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial**

O concelho de Vila do Porto apresenta uma estrutura etária envelhecida, resultado de uma perda demográfica prolongada associada à incapacidade do concelho em fixar residentes e um saldo natural negativo (-5 à data dos Censos 2021).

A taxa de emprego é de 55,22% à data dos censos 2021, superior aos valores registados em 2011 (49,88%). A taxa de atividade é de 49,17%, superior à média regional (47,87%) e superior aos valores registados para o concelho nos Censos 2011 de 45,17%. A taxa de desemprego (à data dos Censos 2021) é de 3,72% bastante inferior aos valores registados nos Censos 2011 (8,73%) e inferior à média da RAA à data dos Censos 2021 (6,87%)

As empresas localizam-se predominantemente nas áreas mais densamente povoadas e a dimensão do parque empresarial revela-se ajustada, apresentando um bom nível de colmatação dos espaços industriais programados. em 2019 existiam na RAA 479 estabelecimentos da indústria transformadora que empregavam um total de 5.843 pessoas, sendo que apenas 2,5% desses estabelecimentos se localizavam no concelho de Vila do Porto. O ramo industrial predominante no concelho é o alimentar e de bebidas com 5 estabelecimentos e onde trabalham 41,3% das pessoas ligadas ao sector.

Relativamente ao setor do turismo, neste concelho ficaram alojados apenas 1,6% do total dos hóspedes da RAA (16.456) que contribuíram para quase 48 mil dormidas neste concelho, em 2019, valor que face a 2011 representa um crescimento de +49%.

Dados de 2020, revelam a alteração significativa da dinâmica turística em virtude da situação determinada pela pandemia Covid-19. Em função das medidas de confinamento e das restrições à mobilidade dos cidadãos, a atividade turística recuou significativamente. No ano de 2020 as dormidas no alojamento turístico na Região registaram um decréscimo de -71% em comparação com o período homólogo, o que significou menos 2 milhões de dormidas. Porém o ano de 2021 evidenciou já uma franca recuperação sendo que o número de hóspedes na RAA se situou nos 612.975 que geraram quase 2 milhões de dormidas, valores que face a 2020 representam um crescimento superior a 100%. Desde então (2021) esses dados têm vindo a crescer significativamente, e atualmente, passados praticamente 4 anos esses valores têm vindo a apresentar uma taxa de variação anual a rondar os 21%, em particular entre 2022 e 2023.

A procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Vila do Porto também registou uma tendência de crescimento até 2019 alojando cerca de 16,4 mil hóspedes que contribuíram para o alcance de 47,8 mil dormidas, o que face a 2011 representou um crescimento de 20% no número de hóspedes e de 49% no número de dormidas. Em 2020 a queda foi acentuada, sendo que o número de hóspedes foi de 6.426 o que face a 2019 significou um decréscimo de -61%. O número de dormidas também decresceu: foram menos 27 mil de dormidas comparativamente com 2019. Em 2021 já se verifica uma recuperação com uma taxa de crescimento de aproximadamente 60% no número de hóspedes e no número de dormidas. Verifica-se assim uma tendência de crescimento de procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho até início da pandemia de Covid-19, verificando-se a retoma já em 2021 e continuando uma evolução positiva e significativa desde então.

Em termos de oferta e segundo dados da Direção Regional de Turismo, a oferta de alojamento turístico no concelho de Vila do Porto é pouco significativa no contexto regional, quer em termos de número de empreendimentos turísticos e de unidades de alojamento local, quer em termos da respetiva capacidade. O concelho possui 12 empreendimentos turísticos, em funcionamento, com uma capacidade total de 392 camas, em 2023.

Neste sentido, a 2rPDM_ViladoPorto constitui uma oportunidade para:

- Enraizar a população, criar atividades económicas e consequentes oportunidades de trabalho, tendo em consideração a sustentabilidade ambiental, económica e social.
- Promover a dinamização e qualificação do setor primário, com especial foco para a agropecuária, tendo em consideração o predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (32,4%). A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) era de 4.501ha o que significa uma média de cerca de 15ha por exploração, valor que fica acima da média da RAA (11,4ha/exploração). Relativamente à atividade pecuária existe um claro predomínio do gado bovino em toda a RAA, sendo que no concelho de Vila do Porto, em 2019, 73% do efetivo animal das explorações agrícolas era gado bovino. Existiam no município 7.305 bovinos espalhados por 252 explorações agrícolas.
- Contrariar a sazonalidade da procura turística e incentivar o investimento privado para aumentar a oferta e qualidade do alojamento turístico, bem como dinamizar as atividades económicas associadas ao setor do turismo.

▪ **QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do Solo**

A 2rPDM_ViladoPorto deverá promover a requalificação urbanística e o desenvolvimento urbano sustentável do solo urbano, criando condições para fixação de novos habitantes, garantindo a integração paisagística das novas edificações e a qualidade urbana e ambiental, contribuindo para uma urbanidade que traduza os valores rurais e naturais presentes.

De igual modo, deverão ser criadas as condições necessárias para potenciar a afirmação do concelho como destino turístico e de recreio e lazer à escala regional baseado na diversidade de recursos

presentes, nomeadamente através da oferta diversificada de espaços de fruição públicos e do reforço dos equipamentos de apoio ao recreio balnear, de turismo subaquático e aquático de um modo geral e prática desportiva.

Neste sentido, a 2rPDM_ViladoPorto constitui uma oportunidade para:

- Proceder ao novo enquadramento legal dos IGT, em especial dos PMOT, e de critérios urbanísticos de aplicação a nível nacional;
 - Melhorar o principal instrumento de controle das operações urbanísticas e reajustar os objetivos estratégicos de desenvolvimento do concelho;
 - Promover o concelho de Vila do Porto como um destino turístico de referência nos diversos instrumentos de política e planeamento;
 - Promover a reabilitação urbana;
 - Promover a requalificação dos imóveis degradados nos povoamentos rurais, ainda passíveis de requalificação, recuperando as características urbanísticas e arquitetónicas tradicionais marienses;
 - Dinâmica urbanística em desaceleração pode abrir espaço para uma maior relevância da reabilitação urbana;
 - Atratividade do Centro Histórico cuja revitalização é muito expressiva
 - Definir as orientações para o setor do turismo no que se refere à parametrização urbanística;
 - Proceda à revisão das tipologias de empreendimentos turísticos admitidas e dos respetivos parâmetros de edificabilidade.
- **QEAS4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida**

Uma estratégia de desenvolvimento territorial terá que incluir necessariamente a conservação, proteção e valorização dos valores naturais e paisagísticos do concelho, das espécies da fauna e da flora, dos seus habitats naturais e a manutenção dos equilíbrios ecológicos. Com a recuperação turística que está a acontecer com a retoma económica e final da pandemia atualmente existente, resultante do vírus SARS2 – que provoca a doença COVID-19, e um turismo essencialmente de natureza e que depende destes fatores, é fundamental a aposta na sua salvaguarda e valorização.

O fomento da qualificação e integração de infraestruturas verdes potencia o equilíbrio microclimatológico, da biodiversidade e da paisagem, dos ecossistemas e dos ciclos biogeoquímicos, bem como na melhoria do estado das massas de água superficiais e massas de água subterrâneas, concorrendo para os requisitos da Lei da Água.

De modo a assegurar a Estrutura Ecológica é importante potenciar a redução dos espaços impermeabilizados bem como a criação de canais e corredores ecológicos estruturados e conectados com a rede ecológica global de toda a ilha.

De acordo com os dados mais recentes da ERSARA, em 2021 o sistema de drenagem de águas residuais no concelho, abrangia 31% dos aglomerados existentes, sendo que 950 dos 3646 aglomerados estavam efetivamente ligados ao sistema de tratamento de águas residuais. Este sistema de tratamento é constituído por 4 fossas sépticas coletivas localizadas nos sistemas de Anjos, Valverde, São Lourenço, e Aeroporto, uma ETAR secundária (Almagreira) com remoção orgânica localizada no sistema de drenagem de Praia Formosa, e uma ETAR terciária em Vila do Porto com remoção carga orgânica, nutrientes e desinfecção. A ETAR secundária da Praia Formosa (Almagreira) descarrega as águas residuais tratadas para a ribeira do Gato e a ETAR terciária de Vila do Porto descarrega através de um emissário para o mar. A FSC do Aeroporto descarrega para uma linha de água e as três fossas

sépticas coletivas (FSC) existentes em São Lourenço, Valverde e Anjos descarregam para o solo. O resto do município é abrangido por fossas sépticas individuais.

O município deve ser capaz de se tornar um agente de pressão ativo na fiscalização e comunicação de descargas ilegais de efluentes e responsável pelo cumprimento dos valores-limite de emissão de águas residuais, em particular para as massas de água superficiais, interiores e costeiras bem como na prevenção e eliminação de outras dissonâncias ambientais como depósito ilegal de resíduos.

Também é importante sensibilizar para o controlo da pressão consumptiva sobre os recursos hídricos, promovendo eficiência nos consumos de água públicos, domésticos, turísticos, agrícolas e industriais. Este é um recurso determinante e com particular criticidade no contexto específico da ilha de Santa Maria. Por exemplo, a freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por episódios de escassez de água (principalmente durante o período de verão), uma vez que é abastecida por nascentes e por um único furo de captação, tendo-se evidenciado que as captações totais são manifestamente insuficientes para satisfazer as necessidades da rede de distribuição, pelo que é necessário recorrer por vezes a meios móveis de transporte de água a partir de outras origens. Existem também atividades agrícolas como o cultivo da meloa que apresentam necessidades hídricas elevadas, principalmente nos meses de verão, e que importa salvaguardar e gerir com as restantes tipologias de uso de água de modo a evitar situações de escassez de água no período de estio. Tendo em consideração as previsíveis alterações climáticas, as captações do sistema de abastecimento podem mostrar-se insuficientes no futuro para servir todas as necessidades em período de maior distribuição de água, pois no período de verão as nascentes existentes baixam os níveis de caudal disponível, podendo obrigar os furos de captação disponíveis a funcionar num regime de 24 horas, o que poderá incrementar de forma significativa a pressão atualmente existente sobre os recursos hídricos disponíveis. Estes exemplos demonstram o risco atual de ausência de alternativas de abastecimento devido por um lado à escassez de água disponível para satisfazer as necessidades atuais da população principalmente no período de verão e a fragilidade das infraestruturas em caso de ocorrência accidental ou falha na captação principal, podendo colocar em causa o serviço de abastecimento público, dada a inexistência de alternativas de captação com caudais suficientes para suprimir alguma avaria.

Por outro lado, existe uma quantidade significativa de água que é perdida ao longo da rede de abastecimento após a sua extração. O sistema público de abastecimento apresenta perdas significativas de água potável, que se estimam rondar os 50%, e que importa mitigar de modo a satisfazer as necessidades hídricas dos diversos usos, e evitando a extração excessiva de água.

No próximo período de vigência do Plano deve ser considerada como prioridade a necessidade de se incrementar a capacidade do metabolismo circular urbano, assumindo como prioridade a redução e recolha seletiva de resíduos com objetivos de reciclagem e valorização local ou regional dos mesmos. O Plano deverá focar-se na prevenção da produção de resíduos e na recolha seletiva, tendo particular atenção às novas exigências setoriais para as fileiras de resíduos têxteis, resíduos perigosos e biorresíduos, nomeadamente no necessário reforço da capacidade instalada de valorização in loco desta fileira de resíduos (p.e. compostagem), definindo-se estratégias locais de separação e valorização. De notar que, para além das fileiras convencionais de recolha seletiva (p.e. papel/cartão, plástico e vidro, ou óleos alimentares usados), o município já dispõe de uma estratégia implementada de recolha de resíduos verdes urbanos, estando a população já sensibilizada para acolher outras necessidades de recolha de resíduos, contribuindo para a gestão adequada das diversas fileiras.

Adicionalmente, considerando a importância dos espaços florestais e agroflorestais, deverão ser acauteladas e condicionadas com normativos as alterações de uso de solo no concelho de Vila do Porto, prevendo a manutenção dos espaços pré-existent e o delineamento de novas áreas florestais e agroflorestais.

Relativamente à floresta endógena e de produção, alerta-se para a tendência de alteração do uso do solo para pastagens, o que contribui para a perda de área florestal cuja resolução é demorada e complexa.

É de todo o interesse a manutenção das áreas florestais e agroflorestais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, permitindo um maior sequestro de carbono, com capacidade de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas, aumentando a sustentabilidade económica, social e ambiental. A sua conservação, ordenamento e criação de novas zonas florestais e agroflorestais

potenciam a proteção dos solos, das nascentes, o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais, minimizando as vulnerabilidades decorrentes das alterações climáticas

Assim, a estratégia de desenvolvimento municipal deve promover o combate aos fatores de degradação dos valores naturais e paisagísticos presentes no território, quer ao nível da biodiversidade, recursos hídricos e florestas, como também ao nível da salubridade e saúde humana, incrementando os níveis de qualidade de vida da comunidade.

▪ **QEAS 5 – Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável**

O modelo territorial a propor para a área de estudo deve incidir as apostas na regeneração, reorganização e ponderação do atual modelo e rede de transportes de modo a não só contribuir para resolver algumas insuficiências ao nível da mobilidade interna associadas às assimetrias da rede de oferta de transporte público ou défice de determinados tipos de infraestruturas rodoviárias, mas também diminuir a intensidade carbónica afeta à mobilidade, e reduzir a ineficiência das deslocações pendulares da população. Deve existir uma preocupação na criação de zonas de circulação automóvel de forma a gerir de forma adequada o tráfego e acessibilidade a determinados locais de maior afluência de circulação e visitação, criando plataformas de mobilidade inteligentes e mais sustentáveis. Com esse objetivo, deve promover-se o uso do transporte público (criando, para tal, uma rede adequada e que responda às reais necessidades) e modos suaves, bem como a respetiva capacidade intermodal entre os diversos meios de transporte disponíveis e que, eventualmente, possa dar resposta à necessidade e procura de meios / formas de deslocação para visitantes/turistas que não apenas o formato de viatura ligeira “individual” de aluguer. Deve promover-se igualmente o recurso a alternativas de deslocação suaves, bem como a adequação dos meios de transporte coletivo e privado municipal a fontes de energia limpas, e promoção de práticas sustentáveis de deslocação (p.e. car sharing, etc.).

As características específicas e vantagens dos diversos modos suaves existentes devem responder às necessidades e interesses do utilizador e adequarem-se às especificidades orográficas e estilos de vida locais, permitindo que sejam utilizados de forma adequada quer em espaço urbano como rural. Devido à orografia do concelho os modos suaves poderão ser essencialmente usados para atividades de desporto, recreio e lazer, e não como meio de transporte ou de mobilidade pendular por motivos de eficiência. Complementarmente, deve ser promovida a introdução de fontes alternativas de energia nos transportes públicos, implementação de conceitos mais eficientes de transporte público, incentivos ao car-sharing e outras medidas alternativas que promovam a aquisição de sustentabilidade nas deslocações pendulares.

Já no centro urbano de Vila do Porto e localidades adjacentes, os modos suaves poderão ser um meio de mobilidade efetivo que pode competir com os meios de transporte convencionais. Complementarmente, o 2rPDM_ViladoPorto deve também promover a segurança rodoviária, a mobilidade inclusiva, através da manutenção e reforço da aposta na qualificação dos espaços públicos urbanos e não-urbanos, com plena assunção dos princípios de desenho inclusivo de modo a atender às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida e melhorando as condições de segurança para os modos suaves e opções de transporte nas áreas de baixa densidade.

A proposta de 2rPDM_ViladoPorto deve igualmente promover a eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis noutros setores de atividades além dos transportes, nomeadamente, a implementação de ações que promovam a eficiência energética no parque edificado privado (habitacional, comercial ou industrial), nos edifícios públicos e da administração pública, e outros espaços ou equipamentos de utilização coletiva e iluminação pública. A construção eficiente e implementação de tecnologias energéticas sustentáveis devem constituir também uma preocupação, quer nos edifícios para habitação, como nos edifícios públicos ou destinados à administração pública, na iluminação pública ou nos edifícios privados das principais atividades económicas. Um dos principais desígnios atuais ao nível da estratégia Clima-Energia para 2020 e 2030 dos territórios é o de reduzirem a sua intensidade energética por via de equipamentos promotores de eficiência energética no consumo e aproveitamento das fontes renováveis de energia endógena.

Neste sentido, importa que o modelo territorial assumido traduza uma aposta clara na redução da intensidade energética, aquisição de eficiência energética e na adoção de soluções alternativas de energia e conforto térmico no parque edificado. Em suma, a sustentabilidade energética deve constituir-

se como o elemento determinante da reabilitação urbana, contribuindo para a implementação de um desenho arquitetónico que promova a qualidade da paisagem urbana e o conforto bioclimático.

Verifica-se que as QEAS da presente AAE articulam-se significativamente com os objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto e que estes apresentam nesta fase já um potencial de salvaguarda de resposta a estas QEAS.

versão discussão pública

4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E QUAL A SUA EVOLUÇÃO SEM 2RPDM_VILADOPORTO?

Neste capítulo apresenta-se uma breve caracterização da situação atual na área de intervenção da proposta de 2rPDM_ViladoPorto e das tendências de evolução sem a sua implementação relativamente aos diversos FS, com o intuito de definir um referencial para a avaliação dos efeitos de natureza estratégica do Plano sobre os mesmos.

4.1. VULNERABILIDADES E RISCOS

4.1.1 SITUAÇÃO ATUAL

A Tabela 4.1.1 apresenta as questões consideradas chave para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”.

Tabela 4.1.1_ Questões-chave da situação atual para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Questões-chave
Zonas críticas no que concerne a inundações e galgamentos costeiros Zona portuária/baía da Vila do Porto, Praia Formosa, Maia, Baía/Praia de São Lourenço e Baía do Anjos.
Em 2006 a trajetória do ciclone Gordon coincidiu com a ilha de Santa Maria, causando estragos diversos.
Importa destacar a elevada suscetibilidade a movimentos de vertente na generalidade de toda a faixa costeira.
A freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por episódios de escassez de água uma vez que é abastecida por nascentes e um único furo de captação durante principalmente durante o período de verão.
No âmbito das Alterações climáticas destaca o Plano Municipal de Ação Climática de Vila do Porto, elaborado pela Câmara Municipal em 2013 e já publicado, onde são identificadas 40 ações de vêm programar as políticas municipais climáticas a curto, médio e longo prazo.

4.1.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A 2RPDM_VILADOPORTO

Considerando a atual situação na área de intervenção do Plano relativamente aos riscos naturais prevê-se que sem a implementação da 2rPDM_ViladoPorto se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas, nomeadamente associadas a cheias e inundações e movimentos de massa em vertentes, não havendo oportunidade para adequar o modelo de ordenamento e condicionantes à informação técnica e científica mais recente e de maior fiabilidade sobre os locais do território com maiores vulnerabilidades.

Relativamente à resiliência e adaptação às alterações climáticas perspectiva-se, igualmente, que a situação possa evoluir negativamente sem a integração de opções de adaptação no âmbito do ordenamento municipal, nomeadamente no que concerne aos riscos naturais.

Em síntese, prevê-se que a evolução das componentes associadas às vulnerabilidades e riscos identificados se apresente tendencialmente negativa pois manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos caracterização e diagnóstico da área de intervenção.

4.2. VALORES NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS

4.2.1 SITUAÇÃO ATUAL

A Tabela 4.2.1 apresenta as questões consideradas chave para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”.

Tabela 4.2.1_Questões-chave da situação atual para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Questões-chave
Áreas protegidas e classificadas que se traduzem numa considerável extensão do território classificado no âmbito do PNI, Rede Natura 2000 e RAMSAR e Paleoparque de Santa Maria, com importantes e singulares valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.
Presença de habitats e espécies de extrema relevância para a conservação.
Elevado número de espécies exóticas e invasoras presentes.
Existência de paisagens únicas que promovem a existência de miradouros e percursos pedestres.
Existência de um conjunto de elementos patrimoniais com elevado potencial para valorização e requalificação, nomeadamente arquitetónico e paleontológico

4.2.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A 2RPDM_VILADOPORTO

A evolução das componentes associadas aos valores e recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, na ausência da presente proposta de 2rPDM_ViladoPorto, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente estagnada ou até negativa.

Considera-se que a ausência de projetos locais integrados e continuados com as atuais políticas e intervenções de proteção e gestão de âmbito da administração municipal e/ou regional e de outros projetos de conservação, que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats, facilitará a degradação gradual, o que favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes. Isto prejudicará o movimento natural das espécies, por um lado, enquanto, por outro, diminui viabilidade e a resiliência dos ecossistemas e do próprio território, dada a importância dos serviços prestados por estes, nomeadamente: de prevenção de consequências de fenómenos/eventos naturais catastróficos, de retenção e estabilidade dos solos, de regulação do ciclo da água, de refúgio de biodiversidade e de recreação, educação e ciência, para além da informação estética, espiritual e histórica.

Ainda na ausência da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, e no que respeita ao critério Paisagem e Património é de referir que relativamente aos elementos patrimoniais que atualmente se encontram sem classificação continuarão sem salvaguarda e reabilitação, quer material, quer em termos legais, bem como as zonas de interesse paisagístico situadas na AI.

Em síntese, considera-se que sem a implementação deste plano fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar novas dinâmicas locais que assegurariam uma consolidação e articulação capaz de gerir corretamente os seus valores e recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais e assim promover uma dinâmica económica, social e ambiental, na área de intervenção da proposta de 2rPDM_ViladoPorto e áreas adjacentes.

4.3. RECURSOS NATURAIS

4.3.1 SITUAÇÃO ATUAL

A Tabela 4.3.1 apresenta as questões consideradas chave para o FS “Recursos naturais”.

Tabela 4.3.1_ Questões-chave da situação atual para o FS “Recursos naturais”

Questões-chave
<i>O estado das massas de água superficiais interiores é considerado “Razoável”, e as superficiais costeiras se encontram em excelente estado. As massas de água subterrâneas encontram-se em bom estado.</i>
<i>A grande maioria das medidas previstas pelo PGRH encontram-se em execução, com exceção da medida “RH9_S_040 - Redução e controlo dos impactes da poluição difusa em massas de água superficiais interiores” que, segundo o Relatório de Avaliação Intercalar de 2018, ainda não tinha sido executada.</i>
<i>Baixa representatividade de fontes de energia renováveis no mix de energia produzida (12%). Não obstante, está previsto um conjunto de investimentos futuros por parte da EDA para reforçar a capacidade instalada em FER.</i>
<i>O consumo de energia elétrica na última década não sofreu alterações significativas, não se detetando reduções relevantes nos consumos energéticos do município, sendo necessário desenvolver estratégias para adquirir maior eficiência energética em vários setores, nomeadamente, os mais consuntivos como o setor de comércio e serviços e doméstico.</i>
<i>O território do concelho é predominantemente ocupado por áreas agrícolas, destacando-se os prados e pastagens como o uso mais representativo. A ocupação florestal é marcada principalmente pelas florestas de folhosas, enquanto os espaços urbanos e as áreas agrícolas heterogêneas também têm uma presença significativa. As terras aráveis, culturas permanentes e outros usos florestais ou naturais apresentam menor expressão no território.</i>
<i>Segundo o IFRAA2, uma parte significativa da área florestal é ocupada por incenso (<i>Pittosporum undulatum</i>) e criptoméria (<i>Cryptomeria japonica</i>). Em paralelo, identificam-se ainda espécies autóctones com relevância ecológica, como a faia-da-terra (<i>Morella faya</i>), o pau-branco (<i>Picconia azorica</i>) e a urze-dos-Açores (<i>Erica azorica</i>). Nas áreas de mato, destacam-se o junco (<i>Juncus sp.</i>), a cana (<i>Arundo donax</i>) e a agave (<i>Agave americana</i>), que, em conjunto, ocupam uma parte significativa desta classe.</i>
<i>A Reserva Agrícola Regional representa 6,43% da área de intervenção, destacando-se como uma área estratégica para a atividade agrícola.</i>
<i>A Reserva Ecológica é composta principalmente por áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e arribas com respetivas faixas de proteção, que, em conjunto, contribuem significativamente para a sustentabilidade hídrica e a proteção costeira.</i>
<i>A área impermeabilizada no solo rural corresponde a 6,47% do total do solo rural, com predominância do povoamento tradicional, seguido pela ocupação turística.</i>
<i>As áreas com aptidões diversificadas incluem principalmente prados/pastagens, florestas de folhosas e áreas agrícolas heterogêneas, representando a maior parte do território, enquanto categorias como matos, vegetação herbácea natural e culturas permanentes têm menor expressão, mas complementam a diversidade de usos.</i>
<i>A atividade extrativa no concelho concentra-se principalmente na freguesia de Vila do Porto, seguida por áreas em Almagreira, Santa Bárbara e Santo Espírito, representando 0,21% do território e contribuindo para o uso do solo associado a esta atividade.</i>

4.3.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A 2RPDM_VILADOPORTO

No que respeita aos recursos hídricos, é fundamental a intervenção no território através de um conjunto fundamental de medidas de recuperação e regeneração que permitam, de forma complementar e articulada com as medidas previstas no PGRH Açores, atingir o “Bom” estado em todas as massas de água inseridas na área de intervenção. A revisão do PDM pode, através quer do programa de medidas, quer da sua regulamentação e modelo de ordenamento, nomeadamente, com a definição de corredores ecológicos ou renaturalização de áreas, e ações de valorização ambiental e turística, contribuir para a reabilitação desses recursos hídricos.

Ao nível do setor energético é relevante continuar a incentivar à aquisição de equipamentos com maior eficiência energética e que utilizem fontes de energia renováveis, principalmente, nos setores com maior representatividade nos consumos energéticos, como são os setores não-domésticos (comércio e serviços) e doméstico onde se registam consumos energéticos relevantes, bem como nos edifícios do Estado ou da Administração Pública, equipamentos coletivos e iluminação pública, parque habitacional público e alojamento local. Sem a implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, prevê-se uma tendência para a degradação e uso desordenado do solo, com expansão urbana descontrolada eventualmente inadequada e ocupação inadequada de áreas sensíveis, como áreas agrícolas e naturais, ou vulneráveis a riscos naturais. A ausência de ações de planeamento poderá resultar na impermeabilização do solo e ocupação de áreas naturais, aumentando o risco de erosão assim como a suscetibilidade a fenómenos como cheias e deslizamentos

4.4. ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

4.4.1 SITUAÇÃO ATUAL

A Tabela 4.4.1 apresenta as questões consideradas chave para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”.

Tabela 4.4.1_ Questões-chave da situação atual para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Questões-chave
<i>Em 2023, as ampliações, alterações e reconstruções superaram as construções novas, correspondendo a 58,1% do total de obras licenciadas.</i>
<i>As ARU de menor dimensão (Lugar da Maia, Lugar dos Anjos e Praia Formosa) foram completamente executadas, enquanto a ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto permanece apenas parcialmente reabilitada.</i>
<i>Os perímetros urbanos ocupam 720,5 hectares (7,5% do município), com 4,32 hectares de espaços verdes e 72,05 hectares de área artificializada.</i>
<i>Embora a taxa de cobertura para a primeira infância se aproxime dos 50%, refletindo uma resposta moderada às necessidades deste grupo etário, a taxa de cobertura para os idosos, significativamente inferior (26,67%), evidencia uma necessidade de reforçar as respostas sociais direcionadas a esta população, especialmente face ao aumento da longevidade e ao crescente envelhecimento demográfico.</i>
<i>A água abastecida é de excelente qualidade e disponibilizada para a totalidade da população.</i>
<i>Devido ao fenómeno de alterações climáticas e à ocorrência cada vez mais frequente de eventos de seca o município tem tido como objetivo prioritário combater as perdas de água através de várias medidas que tem vindo a ser implementadas. Foram iniciadas intervenções de combate às perdas de água através de obras de beneficiação ou manutenção da rede, implementação de sistemas de telegestão e medidores de caudal por telemetria em todos os reservatórios e instalados contadores à entrada do sistema (captações) para contabilização das perdas, e renovação do parque de contadores. Ainda assim, o sistema de abastecimento apresenta baixos níveis de eficiência, apresentando elevados índices de perdas de água (50%).</i>
<i>Apenas 38,10% das captações se encontram licenciadas, e não foi reportada a implementação de perímetros de proteção às captações.</i>
<i>A taxa de acessibilidade física do serviço de drenagem de águas residuais urbanas no concelho é insuficiente para cobrir toda a população residente (31%). A população é servida por quatro fossas sépticas coletivas localizadas nos sistemas de Anjos, Valverde, São Lourenço, e Aeroporto, uma ETAR de tratamento secundário (ETAR Almagreira) localizada no sistema de Praia Formosa e uma ETAR de tratamento terciário (ETAR de Vila do Porto).</i>
<i>Ausência de soluções de reutilização de águas residuais tratadas ou pluviais.</i>
<i>Boa cobertura do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos. O município disponibiliza o serviço de recolha seletiva de resíduos através de ecopontos localizados estrategicamente em todo o concelho, e serviço de recolha seletiva porta-a-porta, abrangendo apenas a população residente na freguesia de Vila do Porto, com exceção da área concessionada ao aeroporto</i>

Questões-chave
<i>A produção total e per capita de resíduos urbanos no município de Vila do Porto, demonstra uma tendência sucessiva de aumento. De notar que a RAA tem como objetivo reduzir 3% a produção de resíduos urbanos em 2025 relativamente a 2019, 5% até 2030 e 7% até 2035, segundo o estipulado no PEPGRA 20+.</i>
<i>Em 2023 cerca de 48% dos resíduos urbanos foram encaminhados para valorização material, 34,6% para valorização orgânica e 17,3% para valorização energética. A deposição em aterro é nula devido a existência do Centro de Processamento de Resíduos (CPR) que encaminha os resíduos para valorização na ilha Terceira.</i>
<i>Em 2023, a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem (PRR) no município fixou-se em 72,8%, tendo tido uma variação negativa de 4,4% relativamente ao ano anterior, mas ainda assim acima da meta estipulada pelo PEPGRA 20+ para 2025 (60%) e para 2035 (65%).</i>
<i>O movimento de passageiros em transporte aéreo, na ilha de Santa Maria, apresenta um crescimento sucessivo do número de passageiros, devido em grande parte à abertura do espaço aéreo a novas companhias, especialmente low-cost via Ponta Delgada.</i>
<i>Nos últimos 20 anos tem-se observado uma tendência de crescimento do parque automóvel privado existente no concelho, tendo praticamente duplicado o número de veículos ligeiros existentes em 2003.</i>
<i>O sistema transporte coletivo de passageiros é composto por 5 percursos, garantindo os circuitos de ligação com os principais núcleos populacionais da ilha. Ainda assim, o serviço de transporte coletivo de passageiros tem registado quebras sucessivas no volume de passageiros por km transportados nos últimos 40 anos.</i>
<i>A maioria dos residentes no município desloca-se para o trabalho/escola utilizando o automóvel ligeiro como condutor (64%), a pé (17%), ou como passageiro em automóvel ligeiro (13%). Apenas 1% utiliza o autocarro como meio de transporte modal, existindo mais residentes a deslocarem-se de bicicleta ou motociclo do que utilizando os meios de transporte coletivo.</i>
<i>A oferta de postos de carregamento elétrico de veículos ainda é reduzida no município.</i>
<i>Em 2020 foi aprovado pelo orçamento municipal a construção de uma Ciclovia do Eixo Circular Vila do Porto/Aeroporto, com uma extensão de aproximadamente 6,5 km. O município ainda dispõe de sete percursos pedestres ou trilhos homologados com cerca de 30,3 km de extensão total.</i>

4.4.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A 2RPDM_VILADOPORTO

Sem a implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, e no âmbito da qualificação territorial, a situação atual tenderá a manter-se, com riscos acrescidos para a gestão e o desenvolvimento do território. A ausência de diretrizes atualizadas poderá perpetuar a degradação do edificado existente, dificultando a sua recuperação e reutilização. Adicionalmente, a manutenção e valorização dos espaços verdes poderão ser comprometidas, sem uma estratégia clara que garanta a sua proteção e integração no tecido urbano. Adicionalmente, sem uma estratégia de ordenamento que promova a coesão territorial, a expansão urbana poderá ocorrer de forma dispersa, conduzindo à fragmentação dos núcleos habitacionais e à formação de vazios urbanos, o que dificulta a integração entre áreas e reduz a eficiência dos serviços públicos.

A ausência de um PDM atualizado compromete o desenvolvimento estratégico e a eficiência dos serviços sociais, impactando negativamente o critério de coesão e equidade. Essa limitação afeta particularmente o planeamento de infraestruturas e serviços sociais, como creches, escolas, centros de dia ou lares para idosos, que deixam de estar alinhados com as mudanças demográficas e as necessidades emergentes. Além disso, a falta de uma definição atualizada de prioridades territoriais pode perpetuar desigualdades no acesso aos serviços, agravando as disparidades entre diferentes áreas do território.

Ao nível dos serviços ou infraestruturas ambientais, e num cenário de ausência de proposta de 2rPDM_ViladoPorto, a expansão desordenada das atividades económicas e parque edificado na área de intervenção poderão induzir um aumento do potencial de contaminação e degradação das condições de salubridade em consequência do aumento de presença humana e subsequente aumento de produção de águas residuais ou resíduos, sem uma resposta adequada para a sua gestão e mitigação do seu potencial poluidor.

Considera-se que sem a implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto não existiria uma estratégia de beneficiação do sistema de mobilidade local, reordenamento das acessibilidades e gestão do estacionamento, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e segurança da população. Por outro lado, deixaria de se promover a descarbonização das principais atividades emissoras de GEE,

nomeadamente, os transportes rodoviários movidos a combustíveis alternativos, melhoria do serviço de transporte público, e reforço da intermodalidade com os modos suaves. Num cenário de ausência de uma proposta de revisão do PDM de Vila do Porto, a prossecução destes objetivos seria mais dificultada.

Em síntese, considera-se que sem a implementação deste plano fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar novas dinâmicas locais, numa perspetiva de planeamento integrado do território, com espaços dedicados a determinados usos e funções, que permitam salvaguardar outras bolsas e áreas fundamentais e estruturadas para a conservação e recuperação das estruturas ecológicas e funções ecossistémicas e naturais, que assegurariam uma consolidação e articulação capaz de gerir corretamente os valores e recursos naturais e paisagísticos do município e assim promover uma dinâmica económica, social e ambiental.

4.5. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E QUALIDADE DE VIDA

4.5.1 SITUAÇÃO ATUAL

A Tabela 4.5.1 apresenta as questões consideradas chave para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”.

Tabela 4.5.1_Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Questões-chave
<i>Desafio demográfico associado ao decréscimo e envelhecimento da população, exigindo o reforço da atratividade territorial e da capacidade de fixação e atração de população.</i>
<i>Melhoria dos níveis de qualificação da população, reforçando as competências, a inovação, o empreendedorismo e a adaptação às novas dinâmicas económicas.</i>
<i>Reforçar a atratividade turística de Vila do Porto através de um modelo de desenvolvimento sustentável, diversificado e resiliente, capaz de valorizar os recursos naturais, paisagísticos e culturais do concelho e reduzir a vulnerabilidade económica associada à dependência do turismo.</i>
<i>Valorização do setor agropecuário enquanto atividade estruturante da economia local, promovendo a modernização das explorações, a diversificação da produção e a compatibilização com os objetivos de conservação dos recursos naturais.</i>
<i>Especialização da estrutura económica nos setores do comércio, agricultura, construção e serviços, evidenciando a necessidade de diversificar a base económica e promover atividades de maior valor acrescentado.</i>
<i>Promover atividades de maior valor acrescentado, inovação e conhecimento, nomeadamente nas áreas da economia azul, economia espacial e transição digital.</i>
<i>Os principais sectores da indústria transformadora em Vila do Porto incluem as indústrias alimentares e de bebidas, em particular no que respeita ao abate de animais, preparação e conservação de carnes, a transformação de cereais e leguminosas e o fabrico de outros produtos alimentares.</i>
<i>A reduzida dimensão do mercado e os constrangimentos associados à insularidade condicionam o desenvolvimento industrial, reforçando a necessidade de modernizar e diversificar a pequena indústria transformadora e de promover a valorização dos recursos endógenos e da produção local.</i>
<i>Valorizar a infraestrutura aeroportuária como ativo estratégico para a acessibilidade, coesão territorial, desenvolvimento económico e afirmação de Santa Maria como plataforma logística, tecnológica e científica.</i>
<i>Valorização da rede de equipamentos coletivos, culturais, recreativos e desportivos como fator de coesão social, atratividade territorial e dinamização económica.</i>
<i>Necessidade de modernizar e especializar o comércio e os serviços locais, reforçando a sua capacidade de resposta às necessidades da população residente, da atividade económica e do turismo</i>

4.5.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A 2RPDM_VILADOPORTO

Na ausência da implementação da 2rPDM_ViladoPorto, perspetiva-se o agravamento das tendências de degradação ambiental e a perda gradual de recursos endógenos fundamentais para a dinamização das atividades económicas do concelho, comprometendo a valorização do território e a sua competitividade.

Este cenário poderá traduzir-se numa menor capacidade de diversificação da base económica, na estagnação do investimento e do emprego e no reforço da dependência de setores mais vulneráveis às flutuações dos mercados e aos efeitos das alterações climáticas.

A crescente exposição aos riscos climáticos tenderá igualmente a agravar os impactes sobre setores estratégicos, como o turismo, os transportes, a habitação e os equipamentos, bem como sobre o património natural e cultural, contribuindo para a perda de identidade territorial e para a redução da atratividade do concelho.

Por outro lado, a manutenção de dinâmicas de ocupação urbana desajustadas, nomeadamente em áreas suscetíveis a riscos naturais, poderá aumentar a vulnerabilidade de pessoas e bens, comprometer a segurança da população, elevar os custos de adaptação e manutenção das infraestruturas e reduzir a qualidade de vida.

Neste contexto, a implementação das opções estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto assume-se como um instrumento determinante para promover um modelo de desenvolvimento territorial mais sustentável, resiliente e competitivo, capaz de valorizar os recursos locais, reforçar a capacidade de adaptação às alterações climáticas e melhorar as condições de atração de investimento, atividades económicas e população.

4.6. FATORES TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE

Para além dos fatores de sustentabilidade acima referidos, considerou-se pertinente abordar a Governança e os Serviços Ambientais dos Ecossistemas como Fatores de Sustentabilidade Transversais, dada a sua importância e carácter fundamental à sustentabilidade de um território, cuja análise será apresentada na próxima fase de elaboração do RA, por ser necessário a devida análise dos elementos e conteúdos que irão constituir a estrutura e estratégia do Plano depois de validados em sede da CA e por serem resultado da análise conjunta e contributo conjunto de outros Fatores de Sustentabilidade propostos.

4.6.1 GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

A análise ao FTS Governança e Governação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto pretende identificar e articular os interesses, recursos e ações da responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e em todo o processo de implementação do Plano, constituindo um elemento promotor da sua eficiência e monitorização. Para além disso, e de acordo com os princípios da Comissão Europeia relativa à “Governança Europeia – Um Livro Branco” [COM (2001) 428 final – Jornal Oficial C 287 de 12.10.2001], a governança permite aproximar os cidadãos das instituições, salientando-se os cinco princípios cumulativos que estão na base de uma boa governança:

- Abertura: transparência e comunicação das decisões;
- Participação: envolvimento dos cidadãos na elaboração e aplicação das políticas;
- Responsabilização: clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e a consequente aplicação das suas atribuições;
- Eficácia: decisões tomadas no momento e a um nível adequado;

- Coerência: articulação entre as diversas políticas praticadas.

Foi proposto um quadro de governança para a ação multi-institucional, bem como atribuídas as respetivas responsabilidades a cada entidade e no contexto da implementação das recomendações da AAE, que podem ser consultadas em detalhe no RA.

4.6.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Embora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não constituam, por si só, uma estratégia de desenvolvimento territorial, a sua integração na estratégia preconizada para o Município de Vila do Porto revela-se fundamental para assegurar o alinhamento da do 2rPDM_Vila do Porto com os princípios e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Neste contexto, a Tabela 4.6.1 apresenta a correspondência entre os objetivos estratégicos da 2rPDM_Vila do Porto e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável considerados mais relevantes, evidenciando as principais áreas de convergência e o potencial contributo do plano para a prossecução da Agenda 2030.

A análise detalhada, que pode ser consultada em sede do RA, demonstra que os objetivos estratégicos do 2rPDM de Vila do Porto contribuem, de forma diferenciada, para diversos ODS, refletindo a natureza integrada e transversal do plano e a sua capacidade para promover um modelo de desenvolvimento territorial mais sustentável, resiliente, inclusivo e competitivo.

Tabela 4.6.1_Quadro de Monitorização do contributo dos objetivos da 2rPDM_ViladoPorto para os ODS

ODS	Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto				
	1	2	3	4	5
1 – Erradicar da Pobreza	■	■	■	■	
2 – Erradicar a Fome	■	■	■	■	
3 – Saúde de Qualidade	■			■	
4 – Educação de Qualidade	■				
5 – Igualdade de Género					
6 – Água Potável e Saneamento	■		■		■
7 – Energias Renováveis e Acessíveis	■				
8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico	■		■	■	
9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas	■		■	■	
10 – Reduzir das Desigualdades	■		■		
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	■	■	■	■	■
12 – Produção e Consumo Sustentáveis			■	■	■
13 – Ação Climática	■		■		■
14 – Proteger a Vida Marinha			■	■	■
15 – Proteger a Vida Terrestre					
16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes					
17 Parcerias para a implementação dos Objetivos	■	■	■		■

Legenda: ■ Articulação.

Objetivos da 2rPDM ViladoPorto:

1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas;
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar;
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

5. QUAIS OS EFEITOS MAIS SIGNIFICATIVOS DA PROPOSTA DE 2RPDM_VILADOPORTO?

A

AAE da 2rPDM_ViladoPorto procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro com apostas estratégicas assumidas para concelho de Vila do Porto onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Plano.

Da avaliação das linhas estratégicas resultou a identificação das seguintes efeitos negativos e efeitos positivos mais significativos (Tabela 5.1).

Tabela 5.1_ Síntese de principais efeitos positivos e efeitos negativos, por FS

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Vulnerabilidades e Riscos	<u>Efeitos Positivos:</u> A concretização da 2rPDM_ViladoPorto constitui-se uma oportunidade para reduzir os riscos naturais, bem como contribuir para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas – são exemplo os diversos projetos do Programa de Execução direcionados diretamente para fazer face aos riscos naturais existentes no concelho (movimentos de vertente, cheias e inundações, secas e escassez). Mas também importa considerar a oportunidade de acautelar em projetos de implementação futura riscos naturais, resultantes de fenómenos de alterações climáticas bem como riscos resultantes de atividades humanas (riscos tecnológicos). <u>Efeitos Negativos:</u> Não foram identificados.
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	<u>Efeitos Positivos:</u> ▪ Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. ▪ Traduz-se na sustentabilidade do património edificado e imaterial, promovendo a sua reabilitação integrada. Garante-se a integridade dos valores históricos, arquitetónicos e arqueológicos de Vila do Porto, transformando o núcleo antigo num espaço urbano vivo, identitário e atrativo para residentes e visitantes, mitigando os riscos de abandono e descaracterização (projeto 1.12).

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	▪ O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. ▪ Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis. ▪ Adoção de estratégias de qualificação e inovação que promovam a eco-eficiência e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. ▪ As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. ▪ A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. ▪ A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. ▪ A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. ▪ No que respeita à valorização recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. ▪ O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. ▪ A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos e patrimoniais. Efeitos Negativos: Não foram identificados.
Recursos Naturais	Efeitos positivos: ▪ Os efeitos sobre o solo, recursos florestais e geológicos são amplamente positivos quando associados a práticas de gestão sustentável, reabilitação ambiental e contenção do uso desordenado do território. Os projetos de qualificação do solo e qualidade de vida e a valorização dos recursos naturais são exemplos que promovem a recuperação de áreas degradadas, a preservação das funções ecológicas do solo, a regeneração dos recursos florestais e a estabilidade geológica, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais, como a erosão, a compactação e a contaminação, e para a valorização do território numa perspetiva integrada e sustentável. ▪ A promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida prevista apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, obras de beneficiação do parque escolar municipal, elaboração da Carta Municipal de Habitação, e beneficiação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, poderão promover a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que irão sofrer obras de remodelação e beneficiação. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ▪ Projetos como a elaboração dos Planos de Pormenor promovem a gestão sustentável e a preservação das funções ecológicas do solo. ▪ O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de estudos urbanísticos e promoção de

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos	
	uma política de taxas municipais que privilegie a recuperação das casas típicas degradadas, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destes aglomerados rurais e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação. A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontrem degradadas. A elaboração de um estudo urbanístico orientador do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ▪ A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. ▪ A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de um manual de boas práticas urbanísticas, poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que implementem as orientações definidas pelo referido manual de boas práticas urbanísticas nas obras de remodelação e beneficiação. A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para incluir medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. ▪ A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada. ▪ As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras. ▪ A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração Planos de Pormenor, plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação. A definição de uma política de taxas municipais mais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas através da atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução do edificado. A elaboração de Planos de Pormenor poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação deste tipo de edificado vocacionado para atividades económicas, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. A pretensão de implementação de um sistema de monitorização do funcionamento do alojamento local no município, incluindo formação sobre boas práticas (também ambientais), visa assegurar a qualidade da oferta, mas também assegurar o cumprimento da legislação ambiental, dos requisitos de eficiência energética, e das condições de salubridade nestes alojamentos, com contributo positivo para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais presentes. A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as	

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis. Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ▪ A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola. ▪ Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território. ▪ Ao nível da valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto pretende, entre outros objetivos, criar as condições para a implementação das medidas e ações definidas no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH Açores), o que é de extrema relevância e constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. ▪ O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir deslizamentos e erosão do solo. ▪ A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os recursos naturais. Efeitos Negativos: Não foram identificados.
Ordenamento e Qualificação territorial	Efeitos Positivos: ▪ No âmbito da qualificação territorial, o plano promove a reabilitação do edificado, melhorando a habitabilidade e a preservação dos elementos arquitetónicos tradicionais, a qualificação e ampliação dos espaços verdes em solo urbano, com benefícios para a sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, e a contenção das áreas construídas, incentivando a concentração nos núcleos já existentes. Estas medidas contribuem para a organização territorial e a preservação de áreas de elevado valor ambiental. ▪ A prevista promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida apresenta potencial para assegurar um conjunto de serviços essenciais à população. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, apresenta uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro da área do aeroporto, mas com benefícios ao nível da mobilidade para toda a ilha e município. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. Este projeto também irá constituir igualmente uma oportunidade de melhoria das condições infraestruturais e de serviço afetos aos sistemas de abastecimento e saneamento de águas residuais, bem como de escoamento das águas pluviais, promovendo melhorias ao nível da acessibilidade física, controlo e monitorização de caudais, redução de perdas, redução dos fenómenos de contaminação dos solos e aquíferos por poluição tóxica, aquisição de maior eficiência no consumo de água, bem como melhores condições para gestão adequada de resíduos, através do reforço dos equipamentos de recolha seletiva, acondicionamento e encaminhamento para destino final recomendável. ▪ Os projetos de beneficiação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento também irão promover estes mesmos efeitos ambientais anteriormente referidos nos territórios onde serão implementados, já que visam a regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca, redução das perdas de água nas redes de distribuição, recuperação das redes e equipamentos degradados e reforço do controlo analítico, bem como reforço da rede de drenagem, beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, e implementação de novas estações de tratamento de águas residuais e respetivos coletores de drenagem. ▪ As obras de beneficiação do parque escolar municipal, e a elaboração da Carta Municipal de Habitação, constituem uma oportunidade para se promover a aquisição de melhores condições infraestruturais e de serviços ambientais. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos com melhor eficiência no consumo de água,

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos	
	técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ■ A elaboração do Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez visa a definição de medidas de contingência para períodos de seca e escassez, bem como medidas de adaptação e aquisição de resiliência dos sistemas de abastecimento para prevenir e compatibilizar a satisfação das necessidades hídricas dos diversos usos, contribuindo, por exemplo, para a definição de critérios e medidas de eficiência hídrica no utilizador, beneficiação de redes e sistemas de abastecimento, modernização tecnológica para controlo de caudais e redução de perdas, infraestruturas de aproveitamento de águas pluviais, ou implementação de sistemas de reutilização de águas residuais tratadas (ApR) para usos menos exigentes, entre outras. ■ Projetos como os planos de pormenor e a carta municipal de habitação pode direcionar o uso de áreas já ocupadas, limitando a expansão urbana descontrolada, promovendo a reutilização de áreas já urbanizadas. ■ O projeto de requalificação paisagística da encosta sobre o porto de Vila do Porto contribui para o aumento dos espaços verdes em solo urbano. ■ O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a qualificação destes territórios através de uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. ■ A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontrem degradadas. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e melhores condições para a recolha seletiva e acondicionamento de resíduos no parque edificado destes aglomerados rurais. Este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ■ A elaboração de um estudo urbanístico orientador do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Este estudo urbanístico também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro destes territórios rurais. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação de populações mais isoladas, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida e de equidade social. ■ A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. ■ Preservação das características tradicionais e rurais, contribuindo para a contenção da artificialização do solo, promovidos especialmente pelos projetos 2.3 e 2.4. ■ Fomento à reabilitação urbana, valorizando o património edificado existente. ■ Potencial para incorporar mais espaços públicos e verdes no âmbito do planeamento. ■ A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. ■ A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado a revitalizar, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. A elaboração deste manual de boas práticas urbanísticas também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de	

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. - Os projetos de programas de educação ambiental com foco na conservação de recursos e valores naturais e de promoção de ações de sensibilização para a recuperação ambiental e paisagística de áreas de extração de massas minerais abandonadas constituem uma oportunidade para se introduzirem boas práticas ambientais, de redução e poupança no consumo de água, redução de focos de poluição tóxica e de gestão adequada dos resíduos produzidos por estas atividades. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água, do solo e de outros recursos, bem como da paisagem. - A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada. - As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras assim como para a promoção da sustentabilidade e recuperação de áreas degradadas. - A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. - Projetos como a elaboração Planos de Pormenor, plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, estes projetos constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. - A elaboração Planos de Pormenor também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade dos territórios abrangidos, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. - A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis. - A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola. - Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território. Além disso, poderá promover atividades económicas baseadas nos recursos locais, minimizando impactos ambientais e promovendo a conservação do solo. - O acompanhamento do alojamento local, previsto no projeto 4.4, garante que o crescimento da atividade turística seja controlado, evitando pressões excessivas sobre o território rural. Efeitos Negativos: Não foram identificados.
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	Efeitos Positivos: - Melhoria das infraestruturas, promoção de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de capital humano, elementos fundamentais para o aumento da competitividade económica e para o progresso socioeconómico do concelho. - Preservação da identidade cultural de Santa Maria, um ativo intangível que agrega valor à região.

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	▪ A valorização das casas típicas e do estilo arquitetónico tradicional posiciona o concelho como um destino autêntico, atraindo visitantes interessados em experiências culturais únicas, contribuindo para o aumento do número de hóspedes e dormidas. ▪ Contributo para a preservação arquitetónica e cultural, para a implementação de um modelo de desenvolvimento que equilibra progresso económico e a conservação do património cultural e a promoção da qualidade de vida. ▪ Contributo para a criação de emprego e criação de riqueza: A restauração de casas e o aumento do turismo geram empregos diretos e indiretos nos setores de construção, serviços e comércio. ▪ Contributo para a diversificação Económica: Os projetos fortalecem setores estratégicos, como turismo e agropecuária, ampliando as bases da economia local. ▪ A integração de práticas ambientais e de adaptação às alterações climáticas prepara o concelho para desafios futuros, enquanto melhora a qualidade de vida. ▪ Contributo para a valorização dos recursos locais, destacando-se o aproveitamento dos recursos endógenos como combustível para o desenvolvimento sustentável e promoção da identidade regional. ▪ A simplificação administrativa e a capacitação da população criam um ambiente mais atrativo para investimentos e iniciativas inovadoras. Esses projetos, ao combinar desenvolvimento económico, sustentabilidade e capacitação, estabelecem um modelo de crescimento que é resiliente, inclusivo e competitivo. ▪ A diversificação de usos e atividades no espaço rural rentabiliza os recursos endógenos, criando riqueza e emprego em setores como turismo, pesca e agricultura. ▪ A elaboração de planos de pormenor e a atualização do regulamento urbanístico garantem um crescimento ordenado e sustentável, evitando a degradação ambiental, social e cultural. ▪ O plano de turismo sustentável e o acompanhamento do alojamento local posicionam a região como um destino competitivo, atraindo turistas conscientes e de alto valor agregado. ▪ A modernização de regulamentos e o ordenamento territorial criam condições favoráveis para investimentos, fortalecendo a economia local. Efeitos Negativos: ▪ Não foram identificados.

6. QUAIS AS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DA AAE QUE DEVEM SER SEGUIDAS?

Apresentam-se de seguida as principais recomendações identificadas para cada um dos FS (Tabela 6.1). Importa referir que ao longo do processo da AAE foram sendo analisadas em conjunto com a equipa do Plano diversas questões e opções da 2rPDM_ViladoPorto e propostas diversas recomendações e opções entretanto internalizadas já na atual proposta do Plano. Salienta-se que para maior pormenor da forma e fase de execução / integração das medidas deverá ser consultada Tabela 8.2 do Relatório Ambiental, bem como os subcapítulos das recomendações ao longo dos diversos FS no Relatório Ambiental.

Tabela 6.1_ Síntese das principais recomendações, por FS

FS	Recomendações
Vulnerabilidades e Riscos	Rec_1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos [complementar]. Rec_1.2: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas [complementar]. Rec_1.3: Incluir no Programa de Execução um projeto específico para o desenvolvimento de um Plano de Comunicação Global enquanto ferramenta de orientação atempada do que comunicar em várias temáticas, com que público, perante determinada situação ou ocorrência. Sugere-se que não seja um plano apenas para as temáticas de riscos e vulnerabilidades, mas que permita aproximar a mensagem da população, que esta seja passada com eficácia e seja assimilada com sucesso pela população. Este plano deve ser desenvolvido com base em técnicos especializados em comunicação e deve envolver / definir e por em prática diversos métodos e estratégias de comunicação. Ou seja, deve definir: 1) que mensagens e

FS	Recomendações
	temáticas são prioritárias; 2) estratégias de comunicação e envolvimento; 3) acompanhamento da realização e eficácia das ações; 4) adaptação/revisão das estratégias e métodos sempre que necessário. Apesar do Programa de execução prever um projeto específico de “campanhas de sensibilização no âmbito da proteção civil (riscos sísmicos, galgamentos, movimentos de massa, entre outros)”, deve ser tida como fulcral, e promovida, uma comunicação efetiva e eficaz da administração local com a população, numa relação de estreita interligação e proximidade. Assim, propõe-se que, para além das campanhas, isoladas, de sensibilização, seja desenvolvido um Plano de Comunicação enquanto ferramenta de orientação atempada. Rec_1.4: Incluir na próxima revisão do PMEPC medidas que contemplem, por exemplo, uma atualização das necessidades atuais ao nível da capacidade de resiliência ao nível da necessidade de meios e equipamentos, como por exemplo, a aquisição de atrelados com kit de emergência ((como atrelado com kit de emergência que permite providenciar alojamento, podem ser preparados com a ajuda da Cruz Vermelha Portuguesa, kits Sobrevivência (com atualização relativamente aos já recomendados para eventos sísmicos), sistema de tratamento de água portáteis para respostas de emergência, entre outros). A recomendação surge no contexto complementar à estratégia da própria revisão do PDM de promover a resiliência do concelho de Santa Cruz da Graciosa, uma vez que, enquanto região ultraperiférica, enfrenta desafios diversos como a limitação de recursos, a limitação e descontinuidade territorial, a dependência dos meios aéreos e marítimos para o abastecimento interno, para a evacuação em termos médicos, entre outros. Esta capacidade de resiliência traduz-se também na capacidade de resposta perante a necessidade de meios e equipamentos [complementar].
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	Rec 2.1: Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas. Rec 2.2: Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; - Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios Rec 2.3: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacto significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções. Rec 2.4: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.
Recursos Naturais	Rec 3.1: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que potenciem a eficiência hídrica e energética, o conforto térmico, o uso de energias renováveis, e infraestruturas permeáveis que permitam reduzir o escoamento superficial e promover a reutilização ou infiltração das águas pluviais.
Ordenamento e Qualificação territorial	Rec 4.1: Implementação de uma estratégia de gestão para os biorresíduos, no âmbito da elaboração de um plano de ação de gestão de resíduos urbanos municipais. Rec 4.2: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que permitam a reutilização das águas pluviais ou residuais tratadas, recolha seletiva e acondicionamento adequado de resíduos urbanos, bem como técnicas construtivas que promovam a reutilização ou reciclagem de resíduos através da sua incorporação como materiais de construção.
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	Rec 5.1. Envolver as comunidades locais, promovendo a participação ativa da população na conceção e implementação dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais e a criação de riqueza. Rec 5.2. Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas disponíveis.

FS	Recomendações
	Rec 5.3. Identificar fontes de financiamento que contribuam para a sustentabilidade e resiliência dos objetivos e projetos propostos.

A ponderação do cenário global acima apresentado, articulado com a análise pericial desenvolvida, em particular em sede do Capítulo 6 do RA, sobre o nível de influência das opções do modelo de ordenamento, regulamento e programa de execução da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, sobre os indicadores e critérios selecionados em cada FS, traduz um balanço final significativamente positivo relativamente à situação atual da área de intervenção.

versão discussão pública

7. O QUE ACONTECE APÓS A APROVAÇÃO DA 2RPDM_VILADOPORTO?

Com

Com a entrada em implementação da 2rPDM_ViladoPorto, inicia-se a Fase 3 do processo de AAE, de Seguimento. Esta etapa requer que a CM Vila do Porto adote as medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, nomeadamente a execução da avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação /execução do Plano, verificando se estão a ser adotadas as medidas constantes na Declaração Ambiental.

Assim, são utilizados indicadores de execução de acordo com a metodologia definida no Relatório Ambiental (RA), assente numa abordagem objetiva de indicadores de monitorização que se estruturam e articulam em dois níveis de atuação principais, nomeadamente:

- Monitorização Territorial ou seja, da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise no que respeita aos efeitos do Plano sobre os mesmos;
- Monitorização Estratégica, mediante a avaliação ao grau de implementação dos parâmetros analisados na AAE, nomeadamente, efeitos positivos e efeitos negativos identificados, e das recomendações emanadas por este Relatório Ambiental (abrangendo igualmente os indicadores associados às recomendações da Tabela 7.4 do RA) .

Tabela 7.1_ Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE para a área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Vulnerabilidades e Riscos		
Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano-1)	Anual	CMVP
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos)	Anual	CMVP DRAAC
Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1)	Anual	CMVP
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos)	Anual	CMVP
Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia)	Anual	CMVP
Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, galgamentos e inundações costeiras, processos de erosão) (n.º e %relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC)	Anual	CMVP DRAAC
Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia)	Anual	CMVP
Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada)	Anual	CMVP
Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção do Plano (n.º e área abrangida)	Anual	CMVP
Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental)	Anual	CMVP Polícia Marítima Guarda Nacional Republicana

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área abrangida, descrição)	Anual	CMVP
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais		
Espécies invasoras presentes (n.º e distribuição)	Bienal	DRAAC
Área ocupada por vegetação natural (ha)	Bienal	DRAAC; DRRFOT
Águas balneares identificadas e respetiva classificação (n.º/"Má", Aceitável", "Boa", "Excelente") e águas balneares não identificadas (n.º/"água própria para banhos"; "água imprópria para banhos")	Anual	DRPM
Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	Anual	DRPM DRRFOT CMVP
Ações e/ou projetos concretizados para a gestão, recuperação e conservação da natureza, áreas e património natural (n.º e investimento; área abrangida)	Bienal	CMVP DRAAC
Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º; elementos abrangidos)	Bienal	CMVP
Recursos Naturais		
Estado final das massas de águas superficiais e subterrâneas (%)	Quinquenal	DRAAC DRPM
Medidas implementadas de preservação e valorização dos recursos hídricos (n.º medidas; € de investimento; MA afetadas)	Anual	CMVP
Ações ilícitas de transformação florestal (desflorestação) e Áreas florestais transformadas (desflorestação) (ha)	Anual	DRRFOT
Capacidade instalada em FER	Anual	EDA
Evolução do consumo de energia elétrica	Anual	EDA / DGEG / SREA
Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	Anual	EDA / DGEG / SREA
Medidas implementadas de redução do consumo de energia (n.º medidas; € de investimento; redução em MWh/ano ou kWh/dia)	Anual	CMVP
Medidas implementadas de produção de energia renovável por tipo de fonte (n.º medidas; € de investimento; produção em MWh/ano ou kWh/dia por tipo de fonte)	Anual	CMVP
Evolução dos consumos energéticos em edifícios da administração pública (kWh)	Anual	CMVP
Evolução dos consumos energéticos da iluminação pública (kWh)	Anual	CMVP
Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/ou %)	Bienal	CMVP DRRFOT
Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)	Bienal	CMVP
Área do território ocupada pela atividade extrativa (n.º; Localização; ha; %).	Quadrienal	CMVP
Ordenamento e Qualificação Territorial		
Edifícios licenciados para ampliações, alterações e reconstruções	Bienal	INE, CMVP
Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), /executadas (hectares)	Bienal	CMVP
Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	Anual	CMVP
Taxa de cobertura das respostas sociais à primeira infância (%)	Quadrienal	CMVP
Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos (%)	Quadrienal	CMVP
Água segura (%)	Anual	CMVP / ERSARA
Água não faturada (%)	Anual	CMVP
Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais (%)	Anual	CMVP
Infraestruturas de tratamento de águas residuais por nível de tratamento (n.º; m³ de águas residuais tratadas)	Bienal	CMVP

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Cumprimento dos valores limites de emissão das descargas residuais (%)	Anual	CMVP
Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais (m ³ ; % drenada)	Anual	CMVP
Evolução da produção de resíduos urbanos (t; % redução face ao ano anterior)	Anual	CMVP
Resíduos urbanos recolhidos por via indiferenciada e seletiva (%)	Anual	CMVP
Capacidade instalada de recolha seletiva por tipo de resíduos (n.º equipamentos; kg resíduos recolhidos)	Anual	CMVP / SRIR
Disponibilidade de transportes públicos movidos a energias alternativas (n.º veículos disponíveis por tipo)	Anual	CMVP
Evolução da oferta de transporte público (n.º lugares/km)	Anual	CMVP
Evolução da procura de transporte público (n.º passageiros/km)	Anual	CMVP
Veículos Elétricos (VE) incentivados (n.º) (número de VE incentivados ao abrigo do Programa Regional que visa a atribuição de incentivos financeiros para a introdução no consumo de veículos elétricos novos bem como a atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de pontos de carregamento de veículos elétricos na RAA)	Anual	DREn
Extensão de percursos pedestres (km)	Bienal	CMVP
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade		
Evolução da população residente (n.º)	Bienal	SREA
Distribuição geográfica dos equipamentos por tipologia (n.º)	Bienal	CMVP
Taxa de desemprego (%)	Bienal	SREA
População empregada (n.º)	Bienal	SREA
Alojamento turístico (hotelaria tradicional e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)	Bienal	CMVP / DRTu
Dormidas nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	Bienal	SREA
Estabelecimentos com atividade no setor do turismo (n.º)	Bienal	SREA / DRTu / CMVP
Empresas por setor de atividade (n.º)	Bienal	SREA
Valor acrescentado bruto por setor de atividade (€)	Bienal	SREA
Pessoal ao serviço (n.º/ano)	Bienal	SREA
Áreas vocacionadas para acolhimento empresarial (m2)	Bienal	CMVP

versão

8. QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

A presente AAE foi estruturada de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com a 2rPDM_ViladoPorto de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área de intervenção do plano.

Uma análise integrada dos efeitos positivos/oportunidades, efeitos negativos/ameaças e recomendações resultantes das apostas estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto demonstra um balanço significativamente positivo sobre os diversos Fatores de Sustentabilidade (FS) avaliados. É importante referir que ao longo do processo de planeamento foram já salvaguardadas considerações e recomendações da AAE, articuladas e analisadas em conjunto com a equipa do Plano, e que integram já a versão final da proposta do Plano. Não obstante subsistem outras recomendações que se consideram que deverão ainda ser ponderadas para o período de implementação e vigência da revisão do PDM, por serem complementares ao próprio plano.

Destacam-se de seguida algumas conclusões.

Vulnerabilidades e Riscos

No seu cômputo global, a 2rPDM_ViladoPorto salvaguarda as questões cruciais identificadas pela AAE relativas a este FS, através das suas opções estratégicas concretizadas em programas e ações.

No concelho existem zonas críticas no que concerne a inundações e galgamentos costeiros: Zona portuária/baía da Vila do Porto, Praia Formosa, Maia, Baía/Praia de São Lourenço e Baía do Anjos.

Foram registados episódios de escassez de água, tendo sido necessário abastecer por nascentes e um único furo de captação durante principalmente durante o período de verão.

No âmbito das Alterações climáticas destaca o Plano Municipal de Ação Climática de Vila do Porto, elaborado pela Câmara Municipal em 2013 e já publicado, onde são identificadas 40 ações de vém programar as políticas municipais climáticas a curto, médio e longo prazo.

Recursos Naturais

Os projetos de valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável das áreas já edificadas promovem a gestão eficiente do solo, a estabilidade geológica, a regeneração da vegetação e a conservação da biodiversidade. Paralelamente, medidas para reduzir a impermeabilização do solo e a monitorização de áreas críticas contribuem para minimizar os riscos de desertificação e contaminação, reforçando a sustentabilidade ambiental e a valorização territorial.

Ao nível dos recursos hídricos, a proposta de 2rPDM_ViladoPorto apresenta uma série de projetos que, de forma cumulativa às medidas já prevista pelo PGRH-Açores para a área de intervenção, irão contribuir de forma conjunta para a promoção e preservação do estado das massas de água. Importa a este nível destacar a intenção de beneficiar as redes de adução e equipamentos de tratamento de água para consumo de forma a reduzir as perdas de água, a intenção de beneficiar as redes de drenagem e estações de tratamento de águas residuais urbanas de modo a reduzir os eventos de contaminação tóxica do meio recetor, e a pretensão de valorizar, limpar e desobstruir as linhas de água e respetivas margens.

Do ponto de vista dos recursos energéticos, o município apresenta um conjunto de ações que apresentam potencial para, de forma indireta, incutir uma gestão mais sustentável deste recurso, tais como a elaboração da Carta Municipal de Habitação e de um manual de boas práticas urbanísticas, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação e de taxas municipais, ou a promoção de uma política de taxas municipais privilegiando a recuperação das casas típicas degradadas. Estas medidas constituem oportunidades para introdução de beneficiações ao nível da redução do consumo de recursos energéticos, nomeadamente, recursos de origem fóssil através da introdução de fontes renováveis, aquisição de conforto térmico e melhoria da eficiência energética no parque edificado. A proposta de 2rPDM_ViladoPorto assegura a implementação de diversos projetos de reabilitação de edificado, nomeadamente, em povoamentos tradicionais e obras de beneficiação do

parque escolar municipal, que poderão beneficiar a componente física e funcional do edificado existente, dotando-os de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais sustentáveis, tais como, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis.

Ordenamento e Qualificação Territorial

A 2rPDM_ViladoPorto responde eficazmente às questões fundamentais identificadas pela AAE no âmbito deste FS. Através de iniciativas que promovem a reabilitação urbana, a elaboração de planos de pormenor e a contenção da expansão desordenada, o plano assegura a organização eficiente do território, a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao nível dos serviços ambientais, a proposta de 2rPDM_ViladoPorto pretende promover essencialmente a beneficiação das redes de adução e equipamentos de tratamento de água para consumo e beneficiação das redes de drenagem e estações de tratamento de águas residuais urbanas de modo a reduzir os eventos de contaminação tóxica do meio recetor. Os projetos definidos a este nível possuem potencial para reforçar a capacidade de se promover a eficiência no consumo de água, a regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca, redução das perdas de água nas redes de distribuição, recuperação das redes e equipamentos degradados e reforço do controlo analítico, bem como reforço da rede de drenagem, beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, e reduzir as dissonâncias ambientais (p.e. focos de poluição pela deposição de resíduos ou emissão águas residuais não tratadas). Ao nível da gestão de resíduos urbanos detetou-se a necessidade de se estabelecer uma estratégia para os biorresíduos que possibilite a sua separação e reciclagem na origem, através da compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem, ou a recolha seletiva e posterior transporte para instalações de valorização, evitando a sua mistura no tratamento com outros resíduos, permitindo assim incrementar a capacidade do metabolismo circular do município.

Em contrapartida, ao nível do sistema de transportes e mobilidade, considera-se que deverá ser alvo de um reforço de internalização desta temática no Plano, nomeadamente, ao nível da definição de projetos que favoreçam a descarbonização afeta à mobilidade, promoção da mobilidade pedonal e os modos suaves, reforço dos meios estruturais de transporte coletivo e respetivas condições de intermodalidade e de modernização dos serviços, de modo a melhorar a qualidade e diversidade da oferta e inverter a tendência atual de uso massivo de veículos particulares movidos a fontes fósseis.

Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade

O Município de Vila do Porto enfrenta desafios significativos na sua trajetória de desenvolvimento socioeconómico e competitividade, exigindo a implementação de projetos estratégicos que integrem a valorização de recursos naturais, culturais e territoriais, o fortalecimento económico, a sustentabilidade ambiental e a proteção civil.

Os projetos identificados na 2rPDM_ViladoPorto são fundamentais para abordar as fragilidades existentes e alavancar o Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade, destacando-se: a valorização territorial e ambiental, especialmente das baías da Maia e São Lourenço, recuperação e atribuição de novos usos a áreas degradadas, com especial foco para a extração de massas minerais; a promoção do desenvolvimento económico sustentável, com destaque para o turismo rural e paisagístico, apoio ao alojamento local, diversificação económica com base nos recursos endógenos e incentivos à fixação de atividades económicas diversificadas; a conservação do património cultural e social com a recuperação das casas típicas marienses, reforçando a identidade local e o sentimento de pertença, através da sensibilização e envolvimento da comunidade local.

A implementação destes projetos promove o desenvolvimento sustentável, assegurando um uso equilibrado dos recursos naturais e territoriais e contribuindo para a redução da degradação ambiental. Simultaneamente, reforça a resiliência do território, através da diminuição dos riscos associados a fenómenos naturais e do aumento da segurança de pessoas e bens.

Neste contexto, destacam-se efeitos positivos ao nível do crescimento económico, através da diversificação das atividades económicas, da atração de investimento e da valorização do turismo sustentável, contribuindo para o reforço da base económica local. Paralelamente, promove-se a preservação cultural, mediante a salvaguarda e valorização do património arquitetónico e paisagístico, reforçando a identidade da ilha e potenciando recursos estratégicos para a dinamização económica e o desenvolvimento de novos produtos turísticos.

Acresce ainda a melhoria da qualidade de vida, resultante de um planeamento urbano mais eficiente, que assegura melhores condições de acesso a serviços essenciais e reforça a coesão social. Por fim, verifica-se um contributo relevante para a competitividade regional, através da consolidação da imagem do concelho como um território sustentável, resiliente e inovador, aumentando a sua atratividade no contexto regional e nacional.

Para maximizar os resultados, recomenda-se:

- Envolvimento da comunidade, garantindo a participação ativa da população e envolvimento nos projetos.
- Estabelecimento de parcerias institucionais, destacando-se as universidades, organizações científicas e outras instituições públicas.
- Capacitação e educação, através do investimento em programas de formação em proteção civil, sustentabilidade e turismo.
- Financiamento com recursos europeus e privados para apoiar os projetos.
- Monitorização contínua da implementação do Plano, acompanhando os indicadores de impacto e realização e ajustar estratégias conforme necessário.

A Ilha de Santa Maria tem potencial para se destacar como modelo de desenvolvimento sustentável e competitivo, preservando sua identidade única enquanto enfrenta os desafios do século XXI. A implementação dos projetos propostos é crucial para transformar as fragilidades em oportunidades, garantindo um futuro próspero e resiliente para a ilha e para as suas comunidades.

Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais

De uma forma geral considera-se que a 2rPDM_ViladoPorto influencia de forma positiva ao nível dos “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”, tendo sido identificadas oportunidades significativas no que se refere à minimização e eliminação de situações/atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais, essencialmente ao nível da biodiversidade, perspetivando-se um ordenamento e ajustamento dos usos, valorização de elementos patrimoniais, bem como de valorização paisagística.

Ainda assim, apesar da existência de uma parcela considerável do território classificada pelos valores naturais e paisagísticos, foram apresentadas pela AAE um conjunto de recomendações que surgiram essencialmente com o objetivo de reforçar e maximizar a concretização nesta proposta, e que se traduziram num complemento de proteção e valorização das espécies e habitats, permitindo à população usufruir dos benefícios prestados pelos serviços dos ecossistemas presentes e, simultaneamente, oferecer um conjunto de atividades turísticas relacionadas com esses valores naturais e paisagísticos.

[Página propositadamente deixada em branco]

versão discussão pública

**Matosinhos**

R. Tomás Ribeiro, nº412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150

Fax (+351) 229 399 159

—

Lisboa

Rua Duque de Palmela
nº 25 – 2º
1250-097 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200

Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt